

LILIAN DE ANDRADE AMARAL

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA POLÍTICA
EXTERNA DOS PAÍSES

Universidade de Brasília

Brasília

2011

LILIAN DE ANDRADE AMARAL

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA POLÍTICA EXTERNA DOS PAÍSES

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Relações Internacionais, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a conclusão do curso de pós-graduação.

Orientador: Dr. Eiiti Sato

Brasília

2011

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia aos meus pais e ao meu
irmão.

Em especial à minha mãe, mulher guerreira que tem
uma força incrível. Ela é quem me inspira a lutar por meus sonhos e
manter os olhos fixos em Deus.

AGRADECIMENTOS

Primeiro, agradeço a Deus, Princípio e Fim de tudo.

Mais do que nunca percebo Sua presença em minha vida e meus feitos. Agradeço pelas muitas graças que me já concedeu e creio em alegrias futuras. Com certeza, segurou minha mão na hora de escrever todas estas páginas.

Aos meus pais, Antônio e Ana, que me deram tudo que tenho hoje e me ensinaram tudo que sei. Sou uma pessoa melhor por causa da educação que tive e principalmente pelo amor que recebo diariamente.

Agradeço, ainda, ao meu irmão Afranio, que é também meu melhor amigo, meu cúmplice, nosso campeão.

Não posso esquecer todos os familiares e amigos que torcem por mim e acreditam que sou capaz de ir além dos sonhos. Em especial Henrique Rodrigues, mais um dos presentes que Deus me deu. Mas de forma especial. Obrigada por toda paciência e companheirismo, mesmo à distância. Creio que este período é de amadurecimento e fortalecimento da relação e do amor.

Agradeço ao meu orientador Eiiti Sato que me ajudou a escolher meu objeto de pesquisa e, com muita sabedoria, me orientou nesse trabalho. Estar ao lado de alguém tão sábio e com uma carreira brilhante foi inspirador. Não poderia deixar de mencionar o professor Flávio Sombra Saraiva, o grande impulsionador deste passo tão grande que foi para mim. Cearense como eu, é sem dúvida uma grande inspiração para minha vida acadêmica.

Quero lembrar também das pessoas que, embora tenha conhecido durante o ano de curso, conviveram diariamente comigo e foram essenciais para tornar minha jornada mais agradável e divertida. Renata Lu e Ernesto Magalhães & Magalhães, Alan Santiago.

Existem ainda alguns amigos que fazem parte da minha vida e, principalmente nesta fase, longe de casa, se fizeram presentes. O sexteto: Lívia, Leo, Carol, Bruna e Eduardo (eu sou a sexta); Karine Martins, minha médica, e Natália Veras, mãe da Ana Sophia. Minha querida amiga Cecília, que este ano alçou vôos ainda maiores, com o casamento e a mudança de país e minha amiga Cristiana, que está sempre ao meu lado me apoiando e ouvindo. Finalmente, duas amigas queridas ainda da graduação que estiveram presentes em Brasília, compartilhando de tudo, Cris e Aninha, vocês foram a cereja do bolo nesta cidade.

Por último, quero agradecer aos amigos que fiz na faculdade e as histórias que vivemos. Que daqui para frente o companheirismo continue regando as relações iniciadas durante o curso: Luis (Lhu), Simone (D. Beija), Aline (Vizinha), Júlia, Betânia, Renan e Arnaldo.

RESUMO

AMARAL, Lilian de Andrade. A influência da mídia na política externa dos países. Monografia. Curso de Especialização em Relações Internacionais, Universidade de Brasília. Brasília, 2011.

Este trabalho de monografia estuda a influência da mídia na política externa dos países. Primeiro, faz uma contextualização histórica da globalização e da difusão da comunicação no mundo. Da mesma forma que resgata a história do jornalismo internacional no exterior e no Brasil, o estudo discursa também sobre a opinião pública. No segundo momento, são apresentadas teorias das relações internacionais com foco na mídia. O que são atores internacionais? Onde a mídia se encaixa nesse contexto? Outro ponto abordado é o poder e as formas de exercê-lo, como por meio do *soft power*, conceito crucial para a pesquisa, além de política de estado e de governo e agenda da política externa. Por fim, o terceiro capítulo trás teorias do jornalismo que permitem entender como as notícias são feitas e divulgadas, para compreender os efeitos do noticiário na sociedade. E, para finalizar, trás o caso do italiano Cesare Battisti que servirá de estudo de caso da presente pesquisa.

Palavras-chave: Opinião pública, mídia e poder, política externa.

SUMÁRIO

RESUMO	1
INTRODUÇÃO	8
1. COMUNICAÇÃO, JORNALISMO INTERNACIONAL E OPINIÃO PÚBLICA.....	12
1.1. GLOBALIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO	13
1.2. JORNALISMO INTERNACIONAL	15
1.3. OPNIÃO PÚBLICA.....	19
2. A MÍDIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	24
2.1. A MÍDIA NA TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	24
2.1.1. <i>Mídia como ator nas Relações Internacionais</i>	24
2.1.2. <i>A relação mídia e poder</i>	26
2.2. AGENDA DA POLÍTICA EXTERNA	28
2.3. POLÍTICA DE ESTADO E POLÍTICA DE GOVERNO	29
3. POLÍTICA EXTERNA NO NOTICIÁRIO INTERNACIONAL.....	32
3.1. NOTÍCIA: MATÉRIA-PRIMA	32
3.1.1. <i>O que é notícia?</i>	33
3.1.2. <i>Critérios de noticiabilidade</i>	35
3.2. TEORIAS DO JORNALISMO	37
3.2.1. <i>Agenda-setting</i>	37
3.2.2. <i>Espiral do Silêncio</i>	39
3.3. CASO CESARE BATTISTI.....	40
CONCLUSÃO	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46
ANEXOS	50

INTRODUÇÃO

O atual cenário das relações internacionais apresenta um redesenho da balança de poder em termos políticos e econômicos, mais multipolar e menos unipolar. Na qual a hegemonia estadunidense é questionada e onde surgem novas polarizações internacionais, como a China, a África e a própria América Latina. Assim como surgem também novos atores, como a mídia, que estabelece uma forte relação com as questões internacionais, recente, mas nem por isso passageira.

Neste contexto, a mídia se caracteriza na contemporaneidade como um dos instrumentos mais importantes para a democracia. Uma prova disso está na primeira e única Constituição dos Estados Unidos, a Carta de direitos ou Bill of the rights, aprovada em 15 de dezembro de 1791, que dizia em uma de suas emendas: “O Congresso não fará leis estabelecendo religiões ou proibindo o livre exercício dos cultos; ou cerceando a liberdade de expressão ou de imprensa, ou impedindo o direito do povo de se reunir pacificamente, e de se dirigir ao Governo para a reparação de agravos” (Ramos, 2002, p.247).

A liberdade de expressão ou de imprensa citada acima é tão importante para a formação da opinião pública que se transformou em alvo da ação dos ditadores na história dos golpes militares da América Latina. A primeira coisa que os golpistas faziam era ocupar a estação de rádio da capital e manipulava ou suprimia informações por meio de censuras ou manipulava (Idem, p.248).

Este ato pode exemplificar ou confirmar a relação existente entre poder e mídia. Todos os governos utilizaram e continuarão utilizando a imprensa para difundir seus ideais e suas realizações, a fim de buscarem melhorar as condições de governabilidade e legitimar-se diante a opinião pública. Luiz Gonzaga Motta (2002, p.13) chegou a afirmar que “não há poder sem imprensa nem imprensa sem poder”, os dois estão historicamente relacionados.

Desde 1440, quando Gutenberg inventou a tipografia e permitiu a impressão em massa, a imprensa vem sendo utilizada como instrumento da luta pelo poder. A invenção da imprensa, de fato, coincide com a criação das nações e do Estado moderno e com o exercício do poder não apenas de forma coercitiva, pelo uso da força, mas por meio de formas mais sutis de coerção e de persuasão. A partir de então, a imprensa esteve sempre ligada a luta política (Motta, 2002, p.13)

Esta afirmação não implica necessariamente dizer que a imprensa sempre foi utilizada em nome, ou em função dos governos, apenas justifica a importância das mídias para a luta política.

Por isso costuma-se dizer que a imprensa é o quarto poder, ou seja, ela consistiria em um poder além dos já conhecidos Executivo, Legislativo e Judiciário. A imprensa desempenharia um papel regulador e fiscalizador desses outros poderes ao mesmo tempo em que influenciaria os demais poderes veiculando as aspirações da sociedade. Segundo Nelson Traquina (1993), o termo Quarto Poder foi cunhado em 1928, pelo inglês Lord Macaulay, que explicou que a imprensa deveria atuar na proteção do cidadão, contra o abuso dos governantes, além de ser uma ferramenta do exercício dos direitos e a oportunidade de dar voz às reclamações dos cidadãos.

Não há dúvida de que a imprensa é um poderoso instrumento de manipulação e persuasão, que é capaz de formar opiniões, hábitos, comportamentos. O livro intitulado *A imprensa faz e desfaz um presidente* (LATTMAN-WLETMAN, Fernando; CARNEIRO, José Alan Dias; RAMOS, Plínio de Abreu), fala exatamente dessa questão e afirma que a ação midiática foi fundamental para decidir as eleições estudadas na obra. De fato, tanto a mídia impressa e falada contribuem para a formação da opinião pública, principalmente no que diz respeito à economia e política interna.

Em teoria, a opinião pública deveria representar pensamento de toda uma população, mas na prática ela se manifesta de forma segmentada, de acordo com o assunto e com a época, ou seja, ela acaba sendo formada por pequenos grupos, que expressam suas ideias de alguma forma (falada ou escrita), como afirma o autor francês Alfred Sauvy: “Certos grupos, coletividades (grupos profissionais, Câmaras de Comércio, Sindicatos, Associações e ligas diversas etc.) são representados por homens que dispõem de meios de expressão mais ou menos amplos” (Sauvy, 1959, p. 10).

Levando todos estes conceitos e afirmações em consideração, incomodada com algumas questões e muito interessada em tudo que diz respeito ao mundo, me questionava se a mídia poderia influenciar nas decisões políticas de um país. Qual a relação entre a imprensa e a agenda política externa, por exemplo?

Existe alguma relação? A partir destas perguntas foi que se definiu o tema da presente monografia.

O objetivo deste trabalho não é responder a todos estes questionamentos, principalmente em virtude do tempo e do espaço, mas pretende ser parte de uma pesquisa maior, a ser continuada em projetos futuros. Logo, esta monografia se propõe a apresentar um levantamento histórico da relação entre mídia e política externa, assim como a apresentação de alguns conceitos que ajudarão a compreendê-la melhor. Para realização da pesquisa considerou-se uma perspectiva interdisciplinar, envolvendo conceitos de Comunicação, Jornalismo Internacional e Relações Internacionais.

No primeiro capítulo, é discutido o paradoxo da globalização e os seus efeitos na comunicação. Paradoxo porque ao mesmo tempo em que surge um mundo globalizado, onde as distâncias diminuem e tudo tende a assumir uma linguagem universal; os países, estados e cidades também tentam fortalecer suas culturas regionais (Ianni, 2003). A comunicação, neste contexto, aparece como meio de produção cultural, ou seja, incorpora as características de organização e passa a buscar resultados concretos como os lucros financeiros. Os novos meios de comunicação, principalmente a Internet, facilitam esse processo global da transmissão de informação (Thompson, 2001).

O jornalismo internacional, então, torna-se um canal dessa produção dentro do noticiário mundial. Como já foi dito, desde o início da profissão, a perspectiva internacional esteve presente, mesmo os periódicos mais primitivos publicavam notícias estrangeiras de cunho político e econômico. Por isso, é importante saber da trajetória dessa especialização jornalística, fundamental no atual mundo global (Natali, 2004). Por último, aborda-se a opinião pública e seus alcances, nacional e internacional, além de dissertar sobre sua ação na política interna e externa dos países.

No segundo capítulo, a Teoria das Relações Internacionais é o foco. Nele é apresentado o conceito de poder, as formas de exercê-lo e a relação deste com os atores mundiais, os tradicionais como os Estados e novos agentes como a mídia. Destaque para as mudanças que ocorrem ao longo dos anos, como a relevância do soft power, que antes tinha uma participação periférica e com as transformações nas

agendas e o desenvolvimento tecnológico, assume uma posição cada vez mais importante. Neste capítulo é feita ainda uma explanação sobre política de estado e política de governo, conceitos que possibilitam a compreensão de certas ações adotadas pelas nações.

Por fim, no terceiro capítulo, a notícia torna-se o foco das discussões. Primeiro, é feito um breve histórico do conceito de notícia e dos estudos referentes à matéria-prima do jornalismo e faz-se uma breve explanação dos critérios de noticiabilidade que pretendem explicar os motivos de uma notícia ser selecionada ou rejeitada. E, finalmente, explica duas teorias do jornalismo: agenda setting e espiral do silêncio. Essas teorias explicam como a própria mídia e a sociedade podem estar se pautando em um cenário global, onde as distâncias se tornam menores exatamente pela dinâmica do fluxo de informações. E a necessidade de que as pessoas têm de se manterem informadas para se inserirem nessa sociedade dinamizada.

Vale ressaltar que este trabalho não tem a pretensão de esgotar as discussões a respeito do tema, tampouco espera responder todos os questionamentos que levaram à pesquisa. Contudo, tem por objetivo iniciar e fundamentar teoricamente a possível relação entre mídia e política externa dos países.

1. COMUNICAÇÃO, JORNALISMO INTERNACIONAL E OPINIÃO PÚBLICA

Para compreender a participação da mídia no cotidiano da sociedade, é necessário primeiro compreender o processo pelo qual a própria mídia sofreu ao longo dos anos, desde a sua criação. Assim como alguns elementos de comunicação e jornalismo, para então adentrar na esfera política, em especial na política externa. Por isso, tomamos como marco inicial o surgimento e desenvolvimento do sistema da globalização no cenário de pós Guerra Fria.

O pesquisador Thomas Friedman considera que na história da comunidade internacional houve, na verdade, uma primeira globalização antes da atual, em meados do início do século XIX e início do século XX, como consequência da Revolução Industrial deste período. Nessa época houve um processo migratório muito grande, além de invenções como do navio a vapor, telégrafo, ferrovia e, eventualmente, o telefone; fatos que diminuíram as distâncias e ultrapassaram as barreiras geográficas.

Esta primeira era da globalização foi interrompida pela I Guerra Mundial, pela Revolução Russa e pela Grande Depressão e, no mundo pós II Guerra Mundial, dá lugar ao sistema internacional de Guerra Fria. Este por sua vez, durou de 1945 a 1989, com a queda do muro de Berlim. Quando, finalmente, é substituída pela nova era da globalização.

Pode-se afirmar que existem muitas semelhanças entre as duas eras da globalização, principalmente se comparar os volumes de comércio, os fluxos de capital (em relação ao Produto Nacional Bruto - PNB) e de trabalho através das fronteiras. Entretanto, apesar das similaridades, há também muitas diferenças, em especial o grau e intensidade com que o mundo está se transformando em um único mercado global. Assim, como um maior número de pessoas e países capazes de participar desse processo.

Outra diferença relevante é o envolvimento de praticamente todos os países, já que na primeira era global, muitas nações em desenvolvimento ficaram de fora do novo sistema. Os números confirmam a intensidade com que isto se verifica, já que em 1900, por exemplo, as divisas foram medidas em milhões de dólares,

820.000 milhões de dólares/dia, e em 1998, esse número chegou a 1,5 trilhão de dólares/dia.

Se no século XIX, a globalização foi construída por inovações como o navio a vapor e o automóvel. No século XX, a queda dos custos das telecomunicações são os responsáveis por aproximar ainda mais as pessoas e os mercados.

“Por todas estas razões, eu resumiria as diferenças entre as duas eras de globalização da seguinte forma: se a primeira era da globalização encolheu o mundo de um tamanho “grande” para um tamanho “médio”, esta era de globalização está diminuindo a mundo de um tamanho “médio” para um tamanho “pequeno” (Friedman, 2000)

Assim, a globalização, como a conhecemos, é um processo dinâmico e permanente, que envolve inevitavelmente a integração dos mercados, das nações e das tecnologias em um grau inimaginável.

É evidente que o desenvolvimento da globalização está relacionado às conquistas econômicas, tecnológicas e políticas, mas os progressos da comunicação também foram um dos fatores determinantes para o desenvolvimento desta nova ordem. Sempre houve o interesse de se transmitir informações por longas distâncias, para além das fronteiras, de forma mais eficiente a fim de atingir o maior número de pessoas (Ianni, 2003; Thompson, 2001).

1.1. GLOBALIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO¹

Desde a prensa de Gutemberg até o surgimento da Internet, o fluxo de informação sofreu modificações. A velocidade com que estas informações eram transmitidas, por exemplo, aumentou de tal forma que hoje é possível acompanhar determinado acontecimento em tempo real pelas tecnologias audiovisuais (Internet, rádio e televisão). Como dito anteriormente, embora o mundo tenha vivido uma primeira era da globalização, este fenômeno só se firmou no século XIX, exatamente quando surgiram redes de comunicações organizadas sistematicamente em escala global.

¹ Todas as informações desse item estão em **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001 de J. B. Thompson (2001, p. 135 – 147).

O primeiro marco para a formação destas redes de comunicação global foi o desenvolvimento dos sistemas de cabos submarinos pelas potências imperiais europeias, o telégrafo, na década de 1850, embora as experiências com telégrafos em terra já haviam começado em 1830. Essas primeiras redes eram utilizadas para fins comerciais, mas as preocupações políticas e militares também desenvolveram papéis importantes. A rápida comunicação global começava a ser uma realidade.

O segundo desenvolvimento considerável para a formação destas redes globais foi a criação de agências de notícias, a partir de 1835. Estas foram fundamentais nesse período por três motivos: possuíam uma coleta de dados sistemática em vários países do mundo e aspiravam a uma cobertura de alcance global, o que permitia uma maior difusão das notícias e, consequentemente, maior audiência.

Por último, o surgimento de novos meios de transmissão de informação por meio de ondas eletromagnéticas, como o rádio, desenvolveu papel importante na globalização da comunicação. Isso porque se tornava possível transmitir um número maior de informações de forma eficiente e em tempo virtualmente instantâneo.

Em paralelo a estes avanços tecnológicos que foram essenciais para a formação de redes de comunicação global, outros três aspectos se destacam para entender o processo de globalização da mídia. Porém, agora em âmbito organizacional e social.

O primeiro foi a associação de empresas privadas a grandes conglomerados de comunicação: os jornais ingleses *The Times* e *Sunday Times*, por exemplo, foram vendidos em 1981 pela Organização Internacional *Thomson*, sediada no Canadá, para a empresa *News International (Murdoch)*, a subsidiária inglesa da multinacional *News Corporation*.

O segundo aspecto diz respeito às exportações e importações da produção de bens midiáticos como livros e programas de televisão. Já em 1949, por exemplo, 29% das vendas de livreiros ingleses foram da exportação de livros e nos anos de 1984 e 1985, a venda de programas para o exterior representou 70% da receita da *BBC Enterprises*.

Já o terceiro e último aspecto se refere às novas tecnologias que possibilitaram uma difusão ainda maior das notícias. O material produzido por um

país, por exemplo, não circula somente naquele mercado interno, ele pode ser acessado em outros países, no mercado global.

Esses aspectos levantados remetem a uma nova ordem sócio-cultural: a chamada “cultura de massa”, própria da globalização. É uma cultura voltada para o indivíduo e não para uma classe específica; ela não é uma cultura clássica simplificada, tampouco uma cultura popular sofisticada. Entretanto, na prática a realidade é outra; alguns são beneficiados pelo novo sistema de informação e outros são marginalizados do processo.

Essa questão pode ser percebida quando se fala em agências de notícias internacionais. O domínio mundial de transmissão da informação pertence às grandes agências. O problema foi inclusive abordado pela UNESCO já nos anos 1970 e 1980, quando foram promovidos vários debates sobre a “Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação”, em que se tentou gerar um equilíbrio no fluxo da informação, mas houve resistência por parte dos governos e de grupos de interesses ocidentais.

Assim, com a ampliação do cenário e tendo que lidar com concorrentes nacionais e internacionais, os jornais precisaram se renovar e se adequar à demanda de um jornalismo mais ágil, melhor informado e atento às questões de ordem mundial.

1.2. JORNALISMO INTERNACIONAL

A atividade jornalística sempre foi exercida, mesmo nas civilizações mais antigas; sempre houve a necessidade de comunicação e troca de informação. O jornal mais antigo de que se tem notícia é o *Acta Diurna*, que surgiu em Roma, em 59 a.C. O imperador Júlio César ordenou que fossem divulgados nas principais cidades os acontecimentos sociais e políticos mais importantes. As *Actas* eram escritas em grandes placas brancas e expostas em lugares públicos. Após esta data, apenas no século VIII é que surgem, em Pequim, os primeiros jornais em forma de boletins, ainda escritos à mão (ANJ, 2011).

Porém, somente com a prensa de tipos móveis de Johann Gutenberg, em 1447, é que os boletins se tornaram mais comuns. A invenção de Gutenberg possibilitou uma maior troca de informações, um livre intercâmbio de ideias (ANJ,

2011). Neste momento, a Europa estava vivendo o Renascimento Cultural. Um movimento que não se restringiu à cultura, pois teve consequências nas demais áreas, como política, economia e ciência. Essa época marca o final da Idade Média e início da Idade Moderna, em que o feudalismo deixava de existir, dando espaço ao capitalismo, é quando surge uma nova classe social, a burguesia (Vicentino, 2003).

Nesse período, os predecessores dos jornalistas eram, na verdade, os viajantes, mensageiros, escrivães e posteriormente editores de livros, administradores de correios, negociantes e diplomatas, ou seja, pessoas que tinham fácil acesso à informação (Kunczik, 2002, p.23).

Contudo, quanto aos primórdios do jornalismo internacional os próprios jornalistas e estudiosos entram em divergência. Alguns, como o jornalista mexicano Guillermo de Los Monteros (1998), acreditam que a seção de Internacional nos jornais só surgiu e se fortaleceu no final do século XVIII, após a Revolução Industrial, assim como a “notícia-mercadoria” é fruto do capitalismo (Los Monteros, 1998, p.49).

Em contraponto, Natali (2004, p. 20-21) defende que o Jornalismo nasceu Internacional, mais especificamente a partir do início do século XVI, com a invenção dos *newsletters* (informativos pequenos com notícias corriqueiras e curtas) pelo banqueiro alemão Jacob Függer von der Lilie, citado inclusive pela Enciclopédia Britânica.

Segundo Natali (2004), as primeiras publicações divulgavam, basicamente, notas políticas e econômicas sobre os países vizinhos. O *newsletter* de Függer, por exemplo, funcionava sob esse princípio: ele possuía agentes que lhe enviavam regularmente informações que tivessem alguma utilidade para os negócios. Mas até então, as notícias só eram divulgadas entre os funcionários do banco.

No início do século XVII, os informativos passaram a fazer parte do dia-a-dia dos países europeus. Esses *newsletters* se tornaram comuns e mais acessíveis ao público e eram adquiridas por meio do comércio. Eles são considerados os primeiros jornais periódicos e com publicações freqüentes como o *Anvisa Relation oder Zeitung* (Zeitung quer dizer jornal em alemão), na Alemanha em 1609; *Nieuwe Tijdingen*, na Bélgica em 1616; *Gazette*, na França em 1631 e *London Gazette*, na Inglaterra em 1665 (ANJ, 2011).

Estes jornais divulgavam notícias, principalmente, da Europa e algumas vezes (embora que poucas) da América ou da Ásia. Portanto, a origem do jornalismo internacional é simultânea à história do próprio jornalismo, assim como a comercialização da informação. “A segunda lição é que, desde muito cedo, a informação foi comercializada como instrumento para produzir eficiência e poder por meio de negócios” (Natali, 2004, p. 23).

Entretanto, mesmo com a recente difusão destes informativos, já a partir da segunda metade do século XVII, a censura passa a ser algo normal. Os jornais dificilmente podiam abordar temas que pudessem incentivar o povo a alguma atitude de oposição (ANJ, 2011). Nesse período começam a surgir as ideias do Iluminismo. No Iluminismo o homem deveria sair da escuridão da ignorância e se “iluminar”, ou seja, se informar, formar opiniões, pensamentos críticos principalmente com relação ao poder político (Vicentino, 2003). Por isso a censura era utilizada, para evitar que as ideias revolucionárias se expandissem e atingissem outros países.

O jornal francês *Nouvelles Ordinaires de Divers Endroits* (Notícias Comuns de Vários Lugares), por exemplo, teve a publicação interrompida pelo governo ainda nos primeiros números (em 1631). No mesmo período, o Parlamento inglês impôs severas regras que permitiam apenas a circulação de dois jornais oficiais no país (Natali, 2004).

Essa onda de censura dos jornais nos países da Europa durou ainda um século. O primeiro país a atuar em prol da liberdade de expressão foi a Suécia, em 1766 (século XVIII), quando promulgou a primeira lei contra a censura que se tem conhecimento. Outra conquista fundamental para o Jornalismo Internacional, nesse período, foi o aumento da agenda de pautas graças à Revolução Francesa, que pôde difundir suas ideias de Liberdade, Igualdade e Fraternidade pelas demais nações, já sem censura (Natali, 2004).

As conquistas mais recentes para o Jornalismo Internacional estão relacionadas às novas tecnologias; como a possibilidade de acompanhar uma guerra em tempo real, por exemplo. Assim como a agilidade e facilidade com que a informação sai de um país e chega a outro por meio da Internet, do satélite e da televisão.

No Brasil

O primeiro jornal genuinamente brasileiro só surgiu com a mudança da família real portuguesa para o Brasil, em 1808. No mesmo ano, criou-se a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que seguia o mesmo estilo dos pasquins². Além dos fatos locais, a *Gazeta* também costumava publicar o estado de saúde dos príncipes europeus. Pouco antes da *Gazeta*, Hipólito José da Costa, exilado em Londres, começou a escrever *O Correio Baziliense*. O *Correio* é considerado o primeiro jornal brasileiro, embora fosse feito em outro país. Ele vinha por meio de navio para os assinantes e abordava temas, principalmente, políticos (Natali, 2004, p. 39).

Na segunda metade do século XIX, os pasquins deram lugar a um jornalismo mais literário. Nesse período, a maioria dos grandes romancistas brasileiros foram também jornalistas, como José de Alencar e Machado de Assis. O jornalismo internacional no Brasil teve a primeira grande conquista com a inauguração do telégrafo por D. Pedro I no dia 22 de junho de 1874. A distância encurtava em pelo menos 28 dias e, por isso, em 1877, a agência Reuters-Havas instalou uma sede no Rio de Janeiro (Natali, 2004, p. 40).

Foi nesse período, final do século XIX, que a presença dos imigrantes se tornou mais forte no País e eles começaram a produzir jornais em suas línguas nativas. Só em São Paulo, por exemplo, de 1878 a 1901, surgiram 17 jornais desse tipo. As publicações tinham dimensões familiares de noticiário doméstico (idem, ibidem).

Entretanto, a maior contribuição para o jornalismo internacional veio das publicações militantes; onde mais uma vez o objetivo básico não era apenas informar, e sim conquistar leitores para divulgar as ideias anarquistas e socialistas. Grande parte era escrita em língua estrangeira e levantava questões locais, mas mencionava episódios ocorridos na Europa e no resto do mundo. Surgia, assim, uma espécie de sentimento internacional:

De certo modo, a pátria do internacionalismo tem a extensão planetária, pouco importa que os episódios ocorram na Espanha ou no Brasil. As fronteiras, argumentava essa corrente operária, foram feitas para dividir artificialmente os povos e delimitar áreas de influência dos setores dominantes dentro das sociedades. As utopias proletárias daquele período tinham um conteúdo

² Publicações do início do século XIX, onde os temas abordados eram, em geral, posições políticas, assuntos polêmicos ou ainda a vida alheia.

estranhamente parecido ao que chamamos hoje de globalização (Natali, 2004, p. 42).

Durante as duas grandes guerras, o jornalismo brasileiro adotou posturas distintas, mas nenhuma próxima a uma cobertura internacional. Na Primeira Guerra Mundial, nenhum veículo mandou correspondentes ou enviados especiais, por isso, os jornais se limitaram às notícias enviadas pelas agências, que na época assumiam posições partidárias. Já na Segunda Guerra Mundial, o Brasil participou enviando 25 mil soldados à Itália e, por isso, alguns jornalistas foram cobrir a Guerra, como Joel Silveira e Rubem Braga, mas eles falavam basicamente da ação brasileira e pouco ou quase nada abordavam sobre o conflito como um todo (Natali, 2004, p. 43).

O noticiário internacional brasileiro só começou a ter realmente espaço no período da ditadura militar, quando a censura deixava buracos nos jornais e telejornais. Atualmente, a maioria dos jornais possui pelo menos uma seção de Internacional, embora a maior parte desta seja alimentada por agências de notícias. Apenas os grandes jornais brasileiros recebem notícias diretamente dos seus correspondentes no exterior, como a *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, por exemplo.

1.3. OPNIÃO PÚBLICA

A percepção de como a comunicação no mundo evoluiu e, consequentemente, o jornalismo internacional, tanto em questões técnicas como em questões políticas, é essencial para compreender a relação existente entre a mídia, a sociedade civil e a esfera política das nações. Entretanto, antes de analisar esta relação, é preciso compreender a definição de opinião pública e como o jornalismo se insere nesse conceito.

O termo esfera pública foi utilizado pelo filósofo alemão Jürgen Habermas, que pertenceu à segunda geração da Escola de Frankfurt. Em sua obra *A Mudança da Esfera Pública*, Habermas faz uma extensa reflexão sobre a natureza da vida pública e suas mudanças ao longo da história. O filósofo vai desde a distinção entre público e privado na Grécia clássica até a vida pública moderna (Thompson, 1996).

Habermas (1984) define esfera pública como uma esfera que se contrapõe ao privado:

(...) a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante (Habermas, 1984, p. 42).

O autor descreve a vida pública na Grécia antiga para dizer que no princípio esta esfera era aberta para os indivíduos que tinham o *status* de cidadãos e, por isso, possuíam o direito de participar das discussões e debates referentes às questões diárias. Já quando vai falar da Idade Média européia, o filósofo alemão admite que, na época, não existia uma esfera pública diferenciada; as figuras públicas se apresentavam como representantes de um poder superior. Esta “publicidade representativa”, como Habermas a denomina, alcançou o ápice na vida cortesã dos séculos XV e XVI.

Porém, com o desenvolvimento do capitalismo mercantilista e com as conseqüentes mudanças nas formas do poder político, surgiu uma nova classe da esfera pública, no princípio da Europa moderna. Assim, o sentido atribuído à autoridade pública passou a mudar, deixou de se referir à vida cortesã e passou a priorizar as atividades de um sistema estatal. Ao mesmo tempo, surgia também na sociedade civil um campo de relações econômicas privatizadas que se estabeleceu logo abaixo da autoridade pública na hierarquização social.

Exatamente entre estas duas esferas: a pública ou estatal e a privada ou familiar, surge uma nova esfera, a do público. Segundo Habermas, o surgimento dessa esfera pública genuinamente burguesa deve-se a dois fatores-chave: o primeiro foi o desenvolvimento da imprensa e o segundo foi o desenvolvimento de uma variedade de novos centros de sociabilização e de cidades, ainda no início da Europa moderna. Para Habermas, a discussão crítica estimulada pela imprensa teve um impacto transformador sobre a forma institucional dos estados modernos (Habermas, 1984; Thompson, 1996).

Habermas atribuye una importancia particular a esa clase de periódicos críticos y semanarios morales que empezaron a aparecer en algunas partes de Europa entre finales del siglo XVII y

comienzos del XVIII. Aunque estas publicaciones surgieron a menudo como periódicos dedicados a la crítica literaria y cultural, se interesaron cada vez más por las cuestiones de significado político y social más general. El segundo hecho fue el desarrollo de una variedad de nuevos centros de sociabilidad en los pueblos y ciudades de inicios de la Europa moderna. (Thompson, 1996, p. 03)³.

Mesmo com as mudanças significativas nos séculos XIX e XX e com os processos evolutivos da natureza da vida pública, Habermas ainda acredita e argumenta que a esfera pública burguesa expressa certas ideias e princípios até hoje. Quanto à mídia, o filósofo admite que os jornais, o rádio e a televisão criam novas formas de comunicação e de publicização das questões sociais e políticas, mas que elas não se comparam ao debate crítico-racional que foi construtor da esfera pública burguesa.

Assim, para Habermas, a esfera pública é o local onde se desenvolvem e se discutem os interesses gerais. Nesse contexto, a opinião pública não é somente o ato de tornar público determinada opinião, isto é apenas um dos muitos meios de se expressar a opinião pública. Segundo o filósofo, a opinião pública se refere às funções de crítica e controle exercidas pela sociedade, tanto informal como formalmente.

Cristina Pecequilo (2004) também fala de opinião pública ao enumerar e discursar sobre os principais atores das Relações Internacionais no livro *Introdução às Relações Internacionais*. Quando descreve os Estados, a autora cita os elementos que os compõem. Dentre estes elementos, ela menciona a opinião pública, considerada hoje como um quarto poder por muitos teóricos.

Para Pecequilo, existem duas opiniões públicas, a nacional e a internacional. A primeira se caracteriza por ser mais um resultado ideológico do que um elemento propriamente dito, além de disponibilizar pouco conteúdo público. Entretanto, há um considerável crescimento da participação desta opinião na política

3 “Habermas atribui uma importância particular a essa classe de jornais críticos e ‘semanários morais’ que começaram a aparecer em algumas partes da Europa entre o final do século XVI e começo do XVIII. Ainda que estas publicações tenham surgido no início como jornais dedicados à crítica literária e cultural, se interessaram cada vez mais pelas questões de significado político e social mais geral. O segundo feito foi o desenvolvimento de uma variedade de novos centros de sociabilidade nos povoados e cidades do início da Europa moderna” (Thompson, 1996, p. 03). Tradução da autora da presente monografia.

interna, chegando a alcançar o status de quarto poder em estados extremamente democráticos.

Logo se percebeu outra evolução, a partir do momento em a opinião pública deixou de ser somente nacional e criou redes globais de contato entre diversos países. A opinião pública internacional surge e passa a ser definida como uma força transnacional (Pecequilo, 2004). Há um consenso entre os pesquisadores sobre a influência da opinião pública na política interna dos estados, mas há dúvidas quanto à influência de uma opinião pública internacional na política externa dos países.

Rafael Oliveira, em sua tese de doutorado *A mídia como ator emergente das Relações Internacionais*, cita alguns autores como Marcel Merle (in Oliveira, 2010), que sustenta a ideia de que a opinião pública internacional é resultado da aproximação ou convergência entre opiniões nacionais. Ainda segundo Merle, isto pode acontecer de três formas: como resultado unificação dos pontos de vistas dos governos; os fenômenos de concordância entre as diversas opiniões públicas nacionais, que podem ser revelados e difundidos por meio dos veículos de comunicação e sondagens de opinião ou comparativas; e, por fim, manifestações combinadas por grupos distintos em vários países.

Outro autor que defende a existência de uma opinião pública internacional influente é Norberto Bobbio (1992). Segundo o pesquisador, a opinião pública é um fenômeno da época moderna e pressupõe a existência de uma sociedade civil diferente do Estado, livre e articulada. Essa população possui, ainda, centros que permitem a formação de opiniões não individuais, como os jornais, clubes e partidos políticos.

Para ele, uma das funções da opinião pública é permitir maior participação política por parte dos cidadãos, principalmente com o maior fluxo de informações que oferece condições para que haja uma discussão coerente. Mas para Bobbio, só pode existir uma opinião pública desempenhando sua função se houver maior abertura das discussões governamentais, assim como liberdade de imprensa.

Embora atualmente exista maior acesso à informação, isso não significa informação de qualidade, nem que o público a acessará. O que pode dificultar o fluxo desta opinião pública. Bobbio afirma, ainda, que as duas opiniões, tanto a nacional

quanto a internacional, são relativamente limitadas, por não buscarem aprofundamento de suas preocupações e questionamentos, isso porque, em geral, focam os temas de maior repercussão e assuntos que despertem curiosidade do público.

Ainda hoje, grande parte da população não demonstra interesse em se informar sobre acontecimentos e fatos que não tenham uma relação com o seu âmbito local. Ainda assim, para alguns autores, a opinião pública pode atuar como um bom argumento de negociação.

Bobbio afirma que a formação dessas opiniões, em diversos campos, está tomando forças como um elemento decisivo no rumo das relações internacionais, confirmado a existência de uma opinião pública mundial. No presente trabalho de monografia consideraremos as duas forças de opinião pública, tanto a nacional quanto a internacional, mas voltadas para temas de abrangência internacional, assim como será considerado também apenas um dos muitos elementos de opinião pública que é a mídia.

2. A MÍDIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Por ser uma área multidisciplinar, as relações internacionais acabam envolvendo temas e conceitos diversos. O que nos permite encontrar pesquisas mais antigas sobre determinados temas, enquanto outros ainda se mantêm inéditos. No caso da mídia, há estudos relacionados com poder e política, por exemplo, mas ainda é uma área relativamente nova dentro das relações internacionais.

No Brasil, por exemplo, os estudos relacionando os temas ainda são bem recentes e escassos. A maior parte da produção tem origem a partir de 2007, com a publicação de trabalhos como dissertações de mestrado, teses de doutorado e livros. Isso aconteceu principalmente pelas mudanças ocorridas no cenário mundial e, consequentemente, nos atores atuantes na sociedade internacional.

Quanto a esta questão, embora exista uma corrente clássica das Relações Internacionais que considera apenas os atores mais tradicionais, como os Estados, existe outra corrente que já admite a importância e ação de novos atores, entre eles a mídia. O pesquisador Eiiti Sato, no artigo *A Ordem Internacional Hoje* (2001), admite que quem trabalha nesta área tem que se habituar com um cenário de constantes mudanças, especialmente no mundo pós Segunda Grande Guerra, quando os avanços tecnológicos produziram transformações importantes nas relações econômicas, políticas e sociais.

Dentre as mudanças, destaque para o valor atribuído a certos atores no cenário global. Por muito tempo a mídia foi tratada como *soft power*, ou seja, como ator periférico nas relações mundiais, nunca como protagonista das teorias das relações internacionais. Atualmente, as transformações permitiram que os atores, antes classificados segundo este critério, embora permanecessem como *soft power*, conquistassem maior relevância, principalmente entre os teóricos das relações internacionais.

2.1. A MÍDIA NA TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2.1.1. Mídia como ator nas Relações Internacionais

Antes de analisarmos a relação da mídia com o poder, primeiro é necessário compreender a definição de atores das relações internacionais e como a mídia se insere nesse conceito. Na tese de doutorado *A mídia como ator emergente das Relações Internacionais: seu protagonismo no uso do soft power frente aos desafios das mudanças climáticas*, o autor Rafael Oliveira dedica um capítulo para falar sobre os atores emergentes nas relações internacionais. Na ocasião, ele cita mais de um autor para explicar esta questão, como o pesquisador italiano Antonio Papisca.

Segundo Papisca (in Oliveira, 2010) um ator pode ser definido a partir de sua natureza ou de sua capacidade e habilidade para cumprir funções no cenário internacional. Assim, existem os atores com status adquirido (em função da capacidade) e status atribuído (por exemplo, de natureza jurídica). Neste, enquadram-se os atores tradicionais, como o Estado.

Já os atores de status adquirido, são aqueles que conquistam tal condição e podem, inclusive, desenvolver uma política externa própria e distinta dos Estados em que se encontram. Exatamente por isso conquistam o status de ator e passam a interagir com outros agentes internacionais. Contudo, Papisca (in Oliveira, 2010) define ator, independente da natureza, já que é o agente que participa das relações internacionais e da dinâmica da sociedade internacional.

Outro autor citado por Rafael Oliveira (2010) é o francês Marcel Merle. O autor francês lembra que esta definição de atores ainda é motivo de divergências entre os doutrinadores, já que muitos consideram os estados como os únicos atores das relações internacionais. Entretanto, para o Merle (in Oliveira, 2010), esta divergência só ocorre em virtude de outro conflito, entre as noções de ator e de papel cumprido. Baseado nisto, ele considera como atores das relações internacionais os Estados, as Organizações Internacionais, as forças transnacionais e as empresas multinacionais.

Por fim, Merle discute a questão do indivíduo como ator, que para ele as pessoas, individualmente, não podem cumprir um papel específico nas relações internacionais. Exceto em casos de indivíduos especialmente incumbidos de uma função no sistema internacional, neste caso leva-se em consideração sua personalidade. Ele ainda admite que o indivíduo está crescendo como sujeito do

direito internacional, mas mesmo assim não o reconhece como ator do cenário político mundial.

De qualquer forma, é possível afirmar que existe um consenso quanto ao protagonismo do Estado e a expansão da atuação dos demais atores. Em especial, os chamados “novos atores” que vêm ganhando uma importância considerável, dentre eles, a mídia.

2.1.2. A relação mídia e poder

Em *Vinte anos de Crise*, escrito ainda em 1937, E. H. Carr (2002) já falava sobre a presença da mídia nas relações internacionais como uma forma de poder. O autor admite que a política sempre esteve presente na história da humanidade e afirma que esta sociedade política tem caráter dualista: uma utópica e outra realista. Na obra, ele apresenta alguns conceitos importantes como o de poder e moral.

Para Carr (2002), não é possível definir política como poder, mas este sempre é um elemento essencial do primeiro. Assim, o estudioso utiliza três elementos para definir o poder no sistema internacional: o militar, o econômico e o sobre a opinião. No presente trabalho, consideraremos apenas a análise feita neste último elemento.

O pesquisador afirma que o problema do poder sobre a opinião foi a concepção de uma cultura de massa, criada a partir do desenvolvimento de uma produção também em massa, substituindo a produção individual. Assim, a política contemporânea se torna dependente da opinião de grande número de pessoas, dentre as quais umas mais influentes, outras menos. Entretanto, a relação dos estados com tais opiniões variam de acordo com o regime vigente: em nações mais democráticas, o governo segue a opinião das massas; já em regimes fechados, os governos estabelecem um padrão e forçam a adaptação do restante da sociedade.

Essa relação de poder e opinião fica mais clara se olharmos para as teorias das relações internacionais, que consideram o poder como um meio de instaurar uma relação de subordinação, autoridade e mando entre os agentes. Cristina Pecequilo (2004) distingue este poder em potencial e real, quanto à posse e conversão dos recursos. O primeiro é o recurso que existe em estado bruto e não

pode ser utilizado. Já o poder real é determinado pela capacidade de conversão do recurso, podendo ser utilizado para exercer poder ou projeção no cenário mundial.

Baseada nestas duas definições, a autora classifica, ainda, os recursos de poder em dois tipos: *hard power* e *soft power*. O *hard power* é o recurso de poder tradicional, cuja influência e importância são percebidas na prática, como por exemplo o tamanho e a geografia de um país; sua localização e natureza das fronteiras e as riquezas naturais. Enquanto que o *soft power* são recursos intangíveis e dificilmente são percebidos na prática, como o desenvolvimento econômico; conhecimento e tecnologia e ideologia e cultura (Pecequilo, 2004, p.58).

O professor da Universidade de Harvard Joseph Nye foi quem primeiro desenvolveu o conceito de *soft power*, ainda na década de 1990, na obra *Bound to Lead* (Destinada a Conduzir). No livro, o autor contesta a opinião de alguns que defendiam que a América estava em decadência. Ele afirmou que os Estados Unidos não era apenas a nação mais poderosa do mundo em termos militares e econômicos como também no que ele chamou de *soft power*. Ele definiu este elemento como a habilidade de conquistar o que você quer por meio da atração ao invés da coerção ou pagamento. Nye observou que este poder poderia ser conquistado por meio de relações com aliados, da atratividade cultural de um país, seu ideais políticos e suas políticas.

O autor ressalta que o poder existe num contexto e sempre depende deste para agir. Ele se utiliza de um jogo de xadrez para explicar que as relações internacionais estão num contexto tridimensional. Ou seja, assim como no jogo, é preciso olhar para o “tabuleiro superior”, o “conselho do meio” e o “tabuleiro inferior”. Ele analisa a visão que se tem do poderio estadunidense sob essa ótica. Nye admite que se utilizando somente do poder militar não será possível avançar tão pouco dominar a política mundial do século 21. Para ele novas ameaças estão surgindo do pano de fundo das relações internacionais e a melhor forma para lidar com elas é por meio do *soft power*.

O autor se utiliza do exemplo dos Estados Unidos para tornar clara a importância com que deve ser tratado o *soft power*. Ele lembra quão os norte-americanos se tornaram impopular e mal quisto no restante do mundo por abusar do uso do *hard power*. Ele fala ainda sobre o terrorismo, que deve ser considerado um

novo desafio, mas que não será superado apenas pelo uso da força bruta e, mesmo quando esta tiver que ser usada, também precisará do apoio e cooperação dos outros Estados, ou seja, *soft power*.

Richard Hass, no artigo *The Age of Nonpolarity* publicado pela revista *Foreign Affairs*, cita a guerra do Iraque como um exemplo claro do uso do *hard power* e ressalta como os resultados forma negativos para a imagem dos Estados Unidos. Segundo ele, a guerra contribuiu para a diluição da imagem dos Estados Unidos perante ao restante do mundo, além de ter sido uma escolha muito cara em termos econômicos, militares, diplomático e, especialmente, em termos humanitário. Diante de tais fatos e a ascensão do *soft power*, podemos afirmar que o mundo globalizado não aceita mais decisões unilaterais, contradizendo o consenso, nem tão pouco o uso abusivo do *hard power* em detrimento do *soft power*.

2.2. AGENDA DA POLÍTICA EXTERNA

Da mesma forma que se percebe uma mudança de atores nas relações internacionais e na forma de exercer o poder, onde os meios considerados *soft power* ganham força em detrimento dos considerados *hard power*, há também uma transformação da agenda política e econômica internacional. Paulo Roberto de Almeida (Almeida in Saraiva, 2008), admite que aos velhos problemas (comércio; matérias-primas; transferência de tecnologia e cooperação técnica em saúde, educação, trabalho, telecomunicações e transporte) agregaram-se novos, principalmente a partir da década de 1970.

O autor cita problemas que expandiram as barreiras e passaram a cobrar respostas globais como: “danos extensos ao meio ambiente, violações dos direitos humanos, natalidade explosiva em determinadas regiões, epidemias devastadoras como a Aids, desigualdades criadas com a revolução da informática e instabilidade associada à volatilidade financeira” (Almeida in Saraiva, 2008, p. 303).

De qualquer forma, esta agenda diversifica-se na mesma complexidade e dimensão global dos próprios temas que a compõem. Estes, por sua vez, desafiam linhas de divisão regionais, princípios ideológicos e classificações por renda *per capita*. Entretanto, questões mais tradicionais ainda ocupam grande parte da agenda das organizações multilaterais como o problema monetário e financeiro internacional

e a proliferação nuclear, por exemplo. Questões e temas que são foco em fóruns e conferências, nos quais se buscam soluções.

Almeida questiona a eficácia da cooperação internacional em determinadas situações. Segundo ele, na maioria das vezes, essas cooperações se revelam ineficaz ou insuficiente, levando os parceiros considerados “responsáveis” a adotar mecanismos excludentes de vigilância e controle sobre os demais. Outra questão levantada pelo autor é a inovação de certos temas e não necessariamente o ineditismo, como o caso do terrorismo, presente na agenda internacional desde o fim do século XIX, sob diferentes formas de expressão e contra causas distintas (religiosas, políticas ou ideológicas).

O professor Eiiti Sato (2001) também lembra, no artigo *A ordem internacional hoje: globalização, papel do Estado e bens públicos internacionais*, que até bem recente, esses assuntos abordados na agenda se destacavam um sobre o outro, mas que na atualidade, os interesses quase que se equivalem, dividindo as atenções para as várias questões. Tais questões se alternam nas agendas tanto dos estadistas e como da imprensa.

Se observarmos os jornais diários, perceberemos a rotatividade nos assuntos abordados a cada mês, semana, e em alguns casos até diariamente, mesmo no noticiário internacional. Portanto, podemos dizer que a mídia, em especial o jornalismo, possui uma agenda internacional.

É dentro desse contexto que o surgimento e evolução dos meios de comunicação de massa como o rádio e a televisão foram determinantes para a difusão da informação e consequentemente, a ampliação da agenda internacional. Atualmente, a Internet é a grande responsável por difusão da informação mais rápida e abrangente.

2.3. POLÍTICA DE ESTADO E POLÍTICA DE GOVERNO

Antes de compreender como é feita ou deve ser feita a política externa de um Estado, é necessário compreender alguns conceitos, como o de interesse nacional e a própria definição de política externa. O pesquisador Demétrio Magnoli (2004) admite a política externa em duas ocasiões, em tempos normais e em tempos de guerra. Para o presente trabalho, interessa-nos apenas a primeira.

Magnoli define que a política externa baseia-se no reconhecimento da legitimidade dos interesses nacionais estrangeiros. Para ele, “a política externa é a arte da tradução do interesse nacional nas linguagens da estratégia e da tática” (Magnoli, 2004:11). Considerando esta definição, o autor cita a diplomacia como um dos instrumentos principais da política externa.

Em outro artigo, Magnoli; César e Yang (2000) explicam que a figura do diplomata definiu sua missão com a emergência do sistema de estados modernos, assim, o ele passaria a ser responsável pela defesa do interesse nacional perante a comunidade mundial. Além desta função, Hedley Bull (in Magnoli; César e Yang, 2000) identifica outras quatro: facilitar a comunicação entre os líderes políticos dos Estados; negociar acordos entre os Estados; reunir informações relevantes sobre as demais nações e minimizar a possibilidade de atritos no relacionamento entre Estados.

Diante de tais conceitos, cabe agora compreender o que é interesse nacional e em que se baseia. Magnoli; César e Yang (2000) definem interesse nacional como o conjunto de interesses da sociedade, que não pode ser reduzido a objetivos impostos por um pequeno grupo, assim como não pode ser igualado a consensos conjunturais de opinião pública. O interesse nacional deve abranger valores fundamentais da sociedade ao mesmo tempo em que devem ser definido com realismo e racionalismo.

Dentro desse contexto de interesse nacional, muitos valores sofreram atualizações como o de autonomia, que na visão clássica significava a capacidade de definir unilateralmente os interesses nacionais. Hoje é, pelo menos no Brasil, tida como a capacidade de definir coletivamente, no plano regional ou global, esses interesses nacionais (Magnoli; César e Yang, 2000).

A professora Ariane Cristine Roder Figueira (2010) explica que definidos os interesses nacionais, próximo passe é a forma de exercer a política externa. A autora admite que existe certa divergência entre acadêmicos e diplomatas quanto a esta forma de exercer política externa; para uns deve ser política de estado, para outras de governo.

Em caráter de política de estado, “significa que as ações externas do país devem ser pensadas em longo prazo, com isenção de valores e regada de

profissionalismo e pragmatismo” (Figueira, 2010). Ou seja, a política externa não deve estar atrelada aos interesses partidários de curto prazo.

Figueira (2010) apresenta duas correntes teóricas que divergem quanto a esta questão. A primeira é a abordagem tradicionalista ou realista que trata os Estados como únicos atores, logo as decisões políticas externas se concentra sob a responsabilidade exclusivamente do executivo. Segundo os realistas, a política externa se distingue das demais políticas públicas, por isso desconsidera a participação de agentes domésticos na tomada de decisão.

Em contrapartida, a perspectiva pluralista considera os muitos atores que integram e participam das decisões internacionais adotadas pelos Estados. Também se opõem a tradição realista quanto ao foco de análise na segurança internacional e ao desprezo de temas relevantes como os processos de cooperação entre os Estados.

No caso específico da política brasileira, por exemplo, percebe-se que a diplomacia brasileira é uma das mais autônomas em toda a comunidade mundial, mantendo traços característicos, como o pragmatismo, que não faz julgamento de valor, nem tão pouco se limita a conceitos, apenas busca resultados.

3. POLÍTICA EXTERNA NO NOTICIÁRIO INTERNACIONAL

3.1. NOTÍCIA: MATÉRIA-PRIMA

O estudo sociológico do jornalismo e das notícias começou a despertar certo interesse no início do século XX, um momento de tensão na Europa (período de guerras, conflitos e incertezas econômicas) e de certa euforia nos Estados Unidos, país relativamente novo, mas que já começava a se destacar no cenário mundial. Entretanto, até o final dos anos 1960 esses estudos eram esporádicos; o mundo tinha passado por duas Grandes Guerras e estava envolvido em outra, a Guerra Fria, onde lutavam capitalistas e socialistas (Traquina, 1993).

Somente a partir desse período é que as pesquisas e os estudos sobre notícias começam a ganhar um maior espaço, principalmente pelas técnicas utilizadas, como questionários e pesquisas mais complexas, assim como a observação em campo, às vezes, com a participação do observador.

Atualmente, estes estudos acompanham o ritmo do próprio fluxo de informações ao qual os jornalistas, estudiosos, acadêmicos e a população em geral têm acesso. Fluxo bem maior que há alguns anos atrás, como na década de 1970, por exemplo, quando a Internet, uma grande aliada na democratização do acesso à informação, ainda não era tão difundida. Além desse fluxo ser maior, os tipos de informações divulgados pela própria imprensa também eram mais limitados, restritos a fatos políticos ou militares, enquanto hoje abordam-se fatos de todas as naturezas (Jürgen Wieke apud Kunczik, 2002, p. 220).

Um marco que impulsionou esse processo de aumento do fluxo de informações foi a mudança na linha editorial dos jornais diários, quando o sensacionalismo e outras áreas ligadas ao direito, à cultura e ao comércio, por exemplo, receberam mais atenção. Assim, como a notícia internacional que se sobressaía em detrimento das notícias nacionais, principalmente sobre política. “Durante muito tempo, praticamente não houve reportagens sobre os assuntos locais; até meados do século XIX, havia mais notícias estrangeiras do que domésticas” (Kunczik, 2002, p.221).

No Brasil, o jornalismo internacional ocupou um lugar de destaque durante a ditadura militar, principalmente nos governos de Médici e Geisel. Nesse

período existia a censura de imprensa e, com isso, muitas editorias, como a Política e a Cultura, perderam espaço. Para compensar essa perda a editoria de Internacional foi privilegiada (Natali, 2004, p. 50-51).

Como afirma Natali (2004), as notícias eram variadas e a censura quase não interferia por tratar de notícias de outros países. Por isso os jornalistas aproveitavam para passar suas mensagens mesmo que nas entrelinhas. Alguns exemplos de temas de esquerda abordados eram as ações espetaculares dos Tupamaros, guerrilha de extrema esquerda no Uruguai; a vitória presidencial do socialista Salvador Allende no Chile, o golpe que o derrubou em 1973 e as denúncias contra o regime chileno do general Augusto Pinochet por parte da Anistia Internacional ou da Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Contudo, com o retorno à democracia, as “velhas” editorias tiveram seus lugares de volta e o jornalismo internacional voltou a ter uma importância menor e as notícias mais escassas. Porém, as notícias internacionais passaram por novas mudanças, principalmente com o fim da Guerra Fria e a hegemonia dos Estados Unidos da América.

Natali (2004) explica que durante os três últimos governos dos Estados Unidos, a sociedade internacional se deparou com algumas situações que levantaram questionamentos éticos como a Guerra ao Afeganistão em 2001 e que estes fatos modificaram a agenda da mídia e a própria forma de fazer notícia. A primeira grande mudança foi que o noticiário passou a se concentrar quase totalmente com uma superpotência, os Estados Unidos.

Embora os jornais não divulgassem “a arrogância que os Estados Unidos por vezes demonstravam” (Natali, 2004, p.55) eles deveriam publicar, ao mesmo tempo, análises que permitissem ao leitor uma visão crítica do que estava realmente acontecendo.

3.1.1. O que é notícia?

Esta pergunta sempre levantou questionamentos e discussões. As respostas são muitas e variam desde a mais simples a mais complexa, mas uma em particular consegue exemplificar e simplificar este conceito, tornando-o mais claro

até mesmo ao leitor alheio aos estudos de comunicação. Havey Molotch e Marilyn Lester (1993) definem notícia como uma necessidade básica:

Toda a gente precisa de notícias. Na vida cotidiana, as notícias contam-nos aquilo que nós não assistimos directamente e dão como observáveis e significativos *happenings* [acontecimentos] que seriam remotos de outra forma. [...] As notícias são assim resultado desta necessidade invariante de relatos do inobservado, desta capacidade de informar os outros [...] (Molotch e Lester, 1993, p. 34).

Porém, é quase que unanimidade entre os estudiosos da comunicação social que ocorre um processo antes que um determinado fato vire notícia, o processo de produção da notícia. Ainda segundo os autores Molotch e Lester (1993), a todo o momento as pessoas estão produzindo “passado” e “futuro” por meio de ocorrências e estas podem originar acontecimentos. Eles ainda distinguem dois tipos de acontecimentos: os acontecimentos que são ocorrências importantes a partir de um ponto de referência do indivíduo e os acontecimentos públicos, onde os pontos de referência passam a ser da própria comunidade. Por fim, para a produção da notícia, esses acontecimentos públicos passam por interferências de agências (indivíduos ou grupos).

Com um pensamento semelhante, os autores Johan Galtung e Mari Ruge (1993) também determinam uma cadeia de comunicação noticiosa. Segundo a análise, atuam no mundo atores individuais e nacionais e as ações destes se baseiam na imagem que eles têm da realidade. Logo, as ações internacionais se baseiam nas imagens feitas a partir da realidade internacional. A mídia exerce papel fundamental na formação dessas imagens e a cadeia de comunicação é como o percurso da notícia durante sua produção:

acontecimento → percepção → imagem → percepção → imagem
do mundo dos media dos media pessoal pessoal

No entanto, o processo de produção de notícias se modificou ao longo do tempo e esses modelos propostos acima já mostram uma notícia envolvida na indústria cultural.

Antigamente, as notícias limitavam-se a informar acontecimentos importantes no âmbito político ou econômico, além de permitir maior incorporação

de crenças e perspectivas individuais. Hoje, as notícias passaram a seguir fórmulas como a do *lead* que facilitam a venda. “Mudou, de fato, o modo de produção da notícia: crenças e perspectivas nela incluídas não são mais as do indivíduo que a produzia, mas sim da coletividade hoje produtora, cujas tensões refletem contradições de classe ou de cultura” (Lage, 1979, p. 33).

É importante lembrar e ressaltar a relevância do conceito de indústria cultural para a compreensão do papel dos meios de comunicação e em especial no jornalismo. A expressão foi criada pelos teóricos da Escola de Frankfurt Theodor W. Adorno e Max Horkheimer e se refere a um conglomerado de empresas ligadas ao setor de comunicação de massa. Fenômeno que se desenvolveu ao longo do tempo, junto com o capitalismo (Glodstein, 1983).

Essa indústria é caracterizada por produzir e distribuir mensagens culturais como se fossem mercadorias; são “produtos” fabricados em complexos empresariais (detentores de técnicas e dinheiro), são produzidos em escala industrial e com estrutura padronizada, além de objetivarem o lucro.

3.1.2. Critérios de noticiabilidade

De acordo com os processos de produção de notícias apresentados, um fato ou acontecimento só vira notícia dependendo de sua relevância, ou seja, de sua importância. Mas como determinar se um acontecimento é ou não importante? Se ele é ou não relevante para a comunidade? E por que esse processo de seleção merece tanta atenção?

A notícia selecionada deve influenciar na formação da imagem que o leitor terá de determinado assunto. Para muitos autores essa seleção é subjetiva, pessoal, outros, porém, analisam que há outros critérios que podem orientar o trabalho do jornalista na hora de selecionar o que deve ou não ser publicado, como a cultura organizacional e os interesses ideológicos.

Mas antes de listar possíveis critérios de seleção, existe uma teoria que explica a produção da notícia como uma seleção constante, a teoria do *gatekeeper*. Quem primeiro utilizou o termo foi o cientista social Kurt Lewin (1993). Para ele:

A passagem de uma notícia por determinados canais de comunicação estava dependendo do facto de certas áreas dentro

dos canais funcionarem como *gates*. [...] Certos setores dos *gates* são regidos ou por regras imparciais ou por um grupo “no poder” tomar a decisão de “deixar entrar” ou de “rejeitar” (White, 1993, p. 142).

Assim, compreender o funcionamento dos *gates*, implica em compreender os critérios utilizados pelos *gatekeepers* nas decisões, logo, deve-se primeiro identificar quem são os *gatekeepers*. Também é preciso saber que em todo o processo, desde a escolha do fato, passando pela produção da notícia e a recepção da mesma, estarão presentes os processos de seleção e rejeição. White cita Wilbur Schramm (1993, p. 143) para mostrar uma cadeia noticiosa, mas esta se assemelha a mesma cadeia proposta por Galtung e Ruge (1993); ela vai do produtor, passando pelo repórter, pelo editor e pelo diagramador, até finalmente chegar ao leitor.

White é um dos autores que defende que este é um processo extremamente subjetivo e que “depende de juízos de valor baseados na experiência, atitudes e expectativas do *gatekeeper*” (White, 1993, p. 145).

Retomando a questão sobre os critérios de seleção de notícias, pode-se perceber que este é um tema abordado e questionado desde muito tempo. Já em 1969, por exemplo, Tobias Peucer escreveu sobre alguns fatores que eram relevantes na hora de selecionar determinado fato e transformá-lo em notícia:

... prodígios estranhos, monstruosidades, obras ou produtos maravilhosos ou excepcionais da natureza e da arte, inundações ou tempestades terríveis, terremotos, aparições no céu, novos inventos ou descobrimentos, nos quais este século tem sido especialmente rico. Em segundo lugar, os diversos tipos de Estado, mudanças de governo, esforços de guerra e de paz, causas e intenções de guerra, batalhas, derrotas, planos de comandantes militares, novas leis, sentenças pronunciadas, servidores públicos, dignitário, nascimento e falecimento de homens célebres, o fim dos ímpios e outros assuntos. Finalmente, a Igreja e os assuntos religiosos como origem desta ou de outra religião, seus fundadores, seu progresso, suas novas seitas, seus dogmas estabelecidos, seus rituais, suas divisões religiosas, suas perseguições, seus símbolos, suas decisões, os escritos importantes dos eruditos, as disputas científicas, as novas obras dos letreados, empresas, acidentes, mortes e mil assuntos relacionados com a natureza, a cidadania, a Igreja ou a história religiosa (Peucer apud Kunczik, 2002, p.241 e 242).

Embora isto tenha sido escrito há mais de 40 anos, os critérios ainda são atuais e considerados relevantes para gerar possíveis notícias. Entretanto é preciso

admitir que outros critérios foram agregados, como o de novidade, de proximidade geográfica e de negatividade.

Segundo Lage (1979), freqüentemente são feitas pesquisas empíricas sobre as mudanças da sociedade e o alcance da ideologia midiática no público. Alguns dos critérios são impulsos psicológicos inatos como agressividade, sexualidade, possessivismo e protetivismo. Baseado nestes impulsos é que se formulam critérios de noticiabilidade como proximidade, atualidade, identificação social, intensidade, ineditismo e identificação humana.

De fato, as notícias publicadas tendem a obedecer a uma certa classificação, mas esta não é bem definida e segue o que os jornalistas acreditam ser de interesse da população. “Os fatos que atendem às expectativas da rede de notícias tinham maiores probabilidades de tornar-se notícias de atualidade do que os demais, em que pese a real importância destes últimos” (Kunczik, 2002, p.265).

3.2. TEORIAS DO JORNALISMO

Para analisar se existe ou não influência da mídia na política externa dos países, torna-se, ainda, fundamental conhecer algumas teorias do jornalismo, isso porque as Relações Internacionais é um estudo multidisciplinar. No caso da presente monografia, enfatizaremos a Agenda-setting e a Espiral do Silêncio. Os estudos e teorias do jornalismo têm por objetivo analisar e retratar os efeitos da comunicação social na comunidade. Eles tendem a ser elaborados e executados em função do tipo de influência que a mídia exerce e do tempo que demora a constatar essa influência (Sousa, 2002).

3.2.1. Agenda-setting

A teoria do agenda-setting ou do agendamento afirma que os meios de comunicação definem uma agenda de temas na sociedade, ou seja, mesmo sem intenção, a mídia tem a capacidade de determinar o que é discutido a cada momento (Sousa, 2002). Para Kunczik, “A fixação da agenda implica que os meios de comunicação de massa pré-determinam quais assuntos são considerados de particular importância em um determinado momento” (Kunczik, 2002, p.314).

A teoria foi elaborada a partir do estudo de uma campanha eleitoral para a Presidência dos Estados Unidos em 1968 e apresentada pelos pesquisadores Maxwell McCombs e Donald Shaw (Sousa, 2002). Esta teoria afirma que os meios de comunicação determinam os principais assuntos noticiosos, assim como o comportamento seletivo do público.

Sousa (*op. cit.*) lembra que antes da teoria do agendamento, alguns estudos já questionavam a relação entre a mídia e a opinião pública. Os mais recentes, por exemplo, foram Lang e Lang (1955) e Cohen (1963) (citados por Souza, *op. cit.*), eles acreditavam que a mídia poderia influenciar diretamente o pensamento do público. Embora antigos, ainda são bastante influentes. Cohen chegou a dizer que a comunicação social pode não ter tanto êxito para determinar o que o indivíduo deve pensar, mas com certeza determina sobre o que pensar.

Assim, a teoria surgiu para quebrar o paradigma do funcionalismo, que dizia que a comunicação social não atingia diretamente a sociedade. “A teoria do agenda-setting mostrava, pelo contrário, que existiam efeitos sociais diretos, pelo menos quando determinados assuntos eram abordados e estavam reunidas um certo número de circunstâncias” (Sousa, 2002, p. 159).

Em pesquisas posteriores, os próprios teóricos admitiram que a influência da mídia para determinar a agenda pública é direta, mas no que diz respeito à manutenção ou não dos temas na agenda pública, a comunicação interpessoal também é fator determinante. Esta última é o que justifica, por exemplo, a reação diferenciada de duas pessoas diante do mesmo tema.

Outros estudos foram realizados na tentativa de identificar quais os meios de comunicação que exercem maior influência na construção da agenda pública (Epstein, 1978; Weawer, 1977; Cary e Milker; 1976, citados por Souza, 2002). Palmgreen e Clarks (1976), por exemplo, dizem que a imprensa exerce maior influência no agendamento de temas locais, enquanto a televisão é responsável por uma maior influência no agendamento dos temas nacionais e internacionais.

A teoria do agenda-setting originou diversos outros estudos, dos quais surgiram algumas críticas. José Rodrigues dos Santos (1992), por exemplo, a partir do relato de um estudo de 1975 sobre as eleições dinamarquesas, verificou que

quanto mais o público tiver conhecimento sobre determinado assunto, menor será sua dependência da comunicação social quanto à fixação do tema na agenda pública.

Reconhece-se, assim, que a reação do público diante de certo tema pode influenciar a agenda da mídia, ou seja, se o público sabe muito sobre determinado tema, ele não dependerá dos meios de comunicação para se informar, portanto a tendência é que a mídia não mantenha aquele assunto em pauta por muito tempo. Por outro lado, se o público não tem o menor conhecimento sobre outro assunto, a mídia tende a focar este tema.

Também se verifica a importância de reconhecer a participação da agenda interpessoal na fixação de outras agendas (pública e midiática); terá “audiência” para aquela pessoa o que for de seu interesse pessoal (Sousa, 2002). Outro fato importante é a mídia pautando a própria agenda, o que é bastante comum. “Normalmente, são os meios de comunicação que criam o quadro dentro do qual em seguida eles começam a cobrir determinados eventos” (Kunczik, 2002, p.318).

3.2.2. Espiral do Silêncio

A teoria da Espiral do Silêncio surgiu em 1973 e foi proposta pela socióloga alemã Elisabeth Noelle-Neumann. Pressupõe que “as pessoas temem o isolamento, buscam a integração social e gostam de ser populares; por isso as pessoas têm de permanecer atentas às opiniões e aos comportamentos maioritários e procuram expressar-se dentro dos parâmetros da maioria” (Sousa, 2002, p. 170).

Para Noelle-Neumann (citada por Souza, *op. cit.*), existem dois tipos de opinião e, consequentemente, de atitudes. A primeira refere-se às estatísticas, originárias dos costumes, e as outras são as geradoras de mudanças. Em relação às primeiras opiniões e estatísticas as pessoas se posicionariam com adesão ou afastamento. Enquanto em relação às segundas, os indivíduos que não tivessem interesse de se isolar seriam mais cautelosos. Ou seja, a pessoa identifica as mudanças na opinião pública, se esta opinião coincide com a opinião pessoal deste indivíduo ou ele sentir que terá receptividade, não hesitará em expor suas opiniões, caso contrário, a tendência será que ele permaneça em silêncio (Sousa, 2002).

Ainda segundo Noelle-Neumann, o papel da mídia nessa teoria seria exatamente a de privilegiar opiniões dominantes, fazendo com que a minoria se isole

ou ainda fazer com que algumas opiniões pareçam dominantes. Neste último caso, a maioria silenciosa passa por minoria (Sousa, 2002).

Kunczik (2002) admite que as comunidades que conseguem passar uma ideia de fortaleza, como se de tivessem a verdade, ou até por falarem mais forte, ganham força e se destacam influenciando nas opiniões dominantes. Portanto, os indivíduos, a partir de uma observação das outras pessoas que o rodeiam e dos meios de comunicação de massa, preferem deixar suas ideias de lado a se isolarem da comunidade. “Os meios de comunicação de massa poderão exercer pressão sobre o ambiente. Em grande parte são os meios de comunicação que criam a ‘opinião pública’” (Kunczik, 2002, p.336).

Algumas críticas foram feitas à teoria da Espiral do Silêncio como a questão de o indivíduo ser totalmente influenciado pela opinião pública como se não tivesse vontade própria. Porém, independente das críticas feitas às duas teorias apresentadas, suas bases teóricas e hipóteses são fundamentais para a análise do noticiário internacional produzido nos jornais diários.

Como o jornalismo internacional nos jornais locais é basicamente alimentado por notícias de agências de notícias, é preciso compreender em que contexto social essas agências estão inseridas e ainda verificar como elas podem exercer influências sobre estes jornais.

3.3. CASO CESARE BATTISTI

Desde o ano de 2007, o governo brasileiro vive uma questão político-diplomática com a Itália. No referido ano, o cidadão italiano Cesare Battisti fugiu para o Brasil, onde foi detido e vive desde então sob custódia do governo brasileiro. O italiano foi condenado na Itália, em 1993, à prisão perpétua por quatro assassinatos: Antônio Santoro, Lino Sabbadin, Andrea Campagna e Pierluigi Torregiani, cometidos na década de 1970. Desde então está detido em solo brasileiro. Viveu na França como refugiado na década de 1990 e nunca se responsabilizou pelos crimes.

Quando foi detido já no Brasil, o governo italiano pediu a extradição de Battiste, alegando que ele foi condenado pela justiça do país por pluri-homicídio, mesmo juízo de valor das justiças da França e da União Européia. Inicialmente, o

Comitê Nacional para os Refugiados, órgão ligado ao Ministério da Justiça, negou a Battisti a condição de refugiado.

Foi quando o italiano mobilizou organizações de direitos humanos, alegando ser perseguido político. Assim como conseguiu um advogado no Brasil. Após algumas movimentações o ministério o concedeu status de refugiado por perseguição política, já em 2009. A Itália apelou no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o governo do Brasil. Por cinco votos a quatro, o Supremo confirmou o pluri-homicídio, mas não impôs a extradição de Battisti, apenas a viabilizou, ficando a cargo do presidente da república tomar a decisão. Isto ainda em 2009.

O STF entendeu que os crimes cometidos pelo réu foram crimes comuns e não políticos, por isso anulou o refúgio. Durante esse período de julgamento, Battisti fez greve de fome por 10 dias em protesto ao que ele considerou uma retaliação tardia e injusta do governo italiano.

Cronologia do caso:

2007 – Battisti é preso no Rio de Janeiro, mas logo é transferido para Brasília, onde está até hoje.

Janeiro de 2009 – Battisti recebe o status de refugiado político pelo então ministro da Justiça e tem sua extradição para Itália evitada
Presidente Lula defende posição do ministro Tarso Genro

Novembro de 2009 – STF decide anular refúgio ao considerar que os crimes cometidos por Battisti são comuns e não políticos. Mas determina que decisão final cabe ao Presidente da República

Dezembro de 2009 – STF muda resultado do julgamento. Decide que Lula deve respeitar tratado entre Brasil e Itália, que diz que o governo só pode manter Battisti no país se ele sofrer “fundado temor de perseguição política”.

Dezembro de 2010 – Lula decide manter Battisti no país como refugiado.

Toda esta questão foi acompanhada pela mídia nacional e internacional e alcançou repercussão em diversos países. As opiniões foram diversas e divergentes, o jornalismo internacional, nacional e opinativo divulgou os fatos seguindo interesses ou não. Os governos também expressaram suas opiniões e posições (assim como

pode ser visto no material anexo, com uma declaração do governo italiano em relação à decisão brasileira) por meio da imprensa tradicional ou das novas tecnologias como as páginas na internet.

CONCLUSÃO

Após nove meses de aula e pouco mais de quatro meses de pesquisa bibliográfica, pôde-se chegar a algumas conclusões sobre a participação da mídia na política externa dos países. A primeira observação diz respeito ao exemplo apresentado no último capítulo referente ao caso do italiano Cesare Battisti. Este caso mostra apenas um dos muitos exemplos que podem ser levados em consideração para averiguar se a mídia exerce ou não alguma influência sobre a política externa dos países.

Diante mão podemos verificar que a mídia teve pouca ou quase nenhuma influência na decisão do governo brasileiro, embora tenha repercutido o caso de forma extensa, com direito a capa de jornal com circulação nacional. Porém, verifica-se que isto não é uma regra e sim motivada por várias razões. Primeiro o fato de estar lidando com um individuo. Se voltarmos aos conceitos de atores, veremos que muitos autores só consideram uma pessoa ator das relações internacionais se a ela for atribuída uma personalidade, o que ocorreu neste caso.

Segundo, estamos falando do Brasil, país que possui uma das mais independentes diplomacias do mundo. Portanto, uma diplomacia que costuma seguir uma política de estado e não uma política de governo. Embora neste caso específico o então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, tenha dado a decisão final, o então ministro das relações exteriores Celso Amorim, apoiou a decisão presidencial.

Por fim, o país mantém tal decisão mesmo com as divergentes opiniões e notícias que tem saído na mídia nacional e internacional. Na presente pesquisa só foi considerado o jornal Folha de S. Paulo, segundo maior jornal em circulação do país, e primeiro em tradição, por isso a escolha dele. Entretanto, durante a pesquisa foi encontrado um número bastante expressivo de notícias sobre o caso, inclusive nas agências de notícias, entre elas a AFP (*Agence France Press*), umas das mais antigas e maiores do mundo. As agências de notícias são a principal fonte dos jornais que dispõem de sessão internacional, mas não dispõem de um correspondente estrangeiro, logo elas são grandes difusoras dos assuntos.

Assim, para se julgar a importância e influência da mídia na política externa dos países é preciso considerar algumas variáveis como a natureza da diplomacia daquela nação (se adota uma política de estado ou de governo), quanto aos atores envolvidos no tema em discussão e quanto ao governo que está no poder, já que este irá determinar o tipo de informação que a população e os grupos de opinião pública terão acesso.

Isto significa que quanto mais democrático, maior a liberdade de imprensa e maior será acesso à informação e informação de qualidade. Embora no mundo de hoje o fluxo de notícias e informações esteja num nível de velocidade e acessibilidades inimagináveis há alguns anos, ainda há regimes que lutam contra essa questão. A China e o Japão, por exemplo, por muitas vezes foram personagens principais em casos de violação à liberdade de imprensa, exatamente na tentativa de impedir que as pessoas tenham acesso à informação.

De fato, o acesso à informação está mais democrático, como a capacidade crítica da sociedade está maior, principalmente pelo fato de poder ler e saber de muitas versões e visões sobre o mesmo fato de forma rápida e fácil. Esta informação em tempo real é resultado do processo de globalização e desenvolvimento tecnológico, que desencadeou muitos outros processos, em especial o da comunicação.

Outro processo, resultado dessa difusão da comunicação, é a ampliação da agenda política dos países. Temas tradicionais como segurança continuam entre os temas mais relevantes, entretanto esta lista sofreu uma extensão tão grande quanto o acesso aos assuntos discutidos, como a questão ambiental. Assim como já foi dito, vale ressaltar que a quantidade de informações disponíveis sobre áreas específicas é quase inesgotável, da mesma forma que existem muitas formas de discussão dos temas, seja pela mídia tradicional, pelas novas mídias (sites de relacionamento, blogs e microblogging) ou por meios mais tradicionais, como grupos sociais e partidos.

Portanto, a sociedade tem cada vez mais conhecimento sobre decisões políticas, por exemplo, assim como a posição de determinado grupo em relação a um assunto específico. Porém, é preciso cada vez mais atentar para os interesses que envolvem a notícia e o veículo que a publica, para ser feita uma leitura crítica. Hoje,

as formas de lucrar com a informação também são diversas, por isso a necessidade de saber ler de forma crítica tudo o que se tem acesso.

No caso específico da Folha de S. Paulo, por exemplo, o site Observatório da Imprensa, que tem por objetivo analisar e até denunciar, se for o caso, a própria imprensa, chegou a publicar matérias mostrando que o jornal estava tendencioso para a não permanência de Battisti no país e por isso noticiou o caso criticando as decisões do governo brasileiro e mostrando reações também contrárias ao Brasil no restante do mundo.

De fato, a mídia pode não exercer influência sobre as determinadas decisões políticas internas ou externa dos países, mas não se pode negar que ela está presente no cotidiano tanto da população civil quanto dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Por muitas vezes os governos não se submetem a opinião expressa por esta mídia, mas sempre que necessário respondem provocações, denúncias e até elogios por meio dela mesma.

A presente monografia não pretende esgotar a discussão do tema, tampouco determinar de forma absoluta se a mídia exerce ou não influência nas decisões políticas. O objetivo é iniciar a discussão e provocar mais questionamentos que devem ser respondidos em um projeto de pesquisa maior. Por hora, fica certeza de que a informação e a necessidade de se manter informado já são naturais ao ser humano moderno, mas se isto irá influenciar em seus atos políticos ou pessoais dependerá de muitas variáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto. **As duas últimas décadas do século XX:** fim do socialismo e retomada da globalização. In SARAIVA, José Flávio Sombra (org). História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do Século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008.

Associação Nacional de Jornais (ANJ). **Jornais:** breve história. Disponível em <<http://www.anj.org.br/a-industria-journalistica/historianomundo/historiadojornal.pdf>>. Acesso em: 22/02/2011.

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais.** 2 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. Tradução Carmen C. Varriale et. al. 4. ed. Brasília: UnB, 1992. p. 842.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

CARR, Edward. **Vinte anos de crise:** 1919-1939. Uma introdução ao estudo das Relações Internacionais. 2^a ed. Brasília: UnB; FUNAG/MRE, 2002. p.127-188.

D'AZEVEDO, Martha Alves. **Agências de notícias.** In SILVA, Roberto P. de Queiroz e (coord.). **Temas básicos em comunicação.** São Paulo: Edições Paulinas, 1983. In INTERCON – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação.

ELHAJJI, Mohamed (org.). **Jornalismo internacional.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

FIGUEIRA, Ariane Cristine Roder. Política Externa: Política de Estado ou Política de Governo? Disponível em: <<http://mundorama.net/2010/06/10/politica-externa-politica-de-estado-ou-politica-de-governo-por-ariane-cristine-roder-figueira/>>. Acesso em: 23/03/2011

FRIEDMAN, Thomas. **The Lexus and The Olive-Tree.** Anchor Books, 2000. Disponível em: <<http://www.thomaslfriedman.com/bookshelf/the-lexus-and-the-olive-tree>>. Acesso em: 28/03/2011.

GALTUNG, Johan e RUGE, Mari Holmboe. **A estrutura do noticiário estrangeiro:** a apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. In TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo:** questões, teorias e ‘estórias’. Lisboa: Editora Veja, 1993.

GLODSTEIN, Gisela Tascner. **Indústria cultural.** In SILVA, Roberto P. de Queiroz e (coord.). **Temas básicos em comunicação.** São Paulo: Edições Paulinas, 1983. In INTERCON – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública:** investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HASS, Richard. **The Age of Nonpolarity.** In Foreign Affairs. Edição maio/junho de 2008. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/63397/richard-n-haass/the-age-of-nopolarity>>. Acesso em: 23/03/2011.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo.** 4ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **A sociedade global.** 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo:** Norte e Sul: manual de comunicação. 2 ed. 1 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia.** Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

LOS MONTEROS, Guillermo García Espinosa de. **Periodismo Internacional, Correspondentes y Testimonios sobre el Extranjero.** In ELHAJJI, Mohamed (org.). Jornalismo internacional. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. 2 ed. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1985.

MAGNOLI, Demétrio, CÉSAR, Luís Fernando, YANG, Philip. Em busca do interesse nacional. **Política Externa**, São Paulo, v.9, n.1, p.33-51, jun/ago 2000

MAGNOLI, Demétrio. **Política internacional.** 3^a ed. Brasília: FUNAG, 2004 p.11-17

MERLE, Marcel. Sociologia das relações internacionais. Tradução de Ivone Jean. Brasília: Universidade de Brasília, 1981. p. 213. 32. In OLIVEIRA, Rafael Santos de. **A mídia como ator emergente das Relações Internacionais:** seu protagonismo no uso do soft power frente aos desafios das mudanças climáticas. Florianópolis: UFSC, 2010. 418 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MOLOTC, Harvey e LESTER, Marilyn. **As notícias como procedimento internacional:** acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In TRAQUINA, Nelson. _____.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Imprensa e Poder.** Editora Brasília, 2002.

NATALI, João Batista. **Jornalismo Internacional.** São Paulo: Contexto, 2004.

NYE, Joseph S. **Soft Power: The Means to Success in World Politics.** Entrevista concedida ao programa Public Affairs do Carnegie Council. Disponível em: <<http://www.carnegiecouncil.org/resources/transcripts/4466.html>>. Acesso em: 22/03/2011.

OLIVEIRA, Rafael Santos de. **A mídia como ator emergente das Relações Internacionais:** seu protagonismo no uso do soft power frente aos desafios das mudanças climáticas. Florianópolis: UFSC, 2010. 418 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

PAPISCA, Antonio. *Introduzione allo Studio delle Relazioni Internazionali.* Torino: Giappichelli Editore, 1973. p.154. 30

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às relações internacionais:** temas, atores e visões. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

RAMOS, Murilo César. IN: Motta, Luiz Gonzaga. **Imprensa e Poder**, Editora Brasília, 2002.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **O acontecimento.** In TRAQUINA, Nelson. _____.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo.** São Paulo: Brasiliense, 2000.

SATO, Eiiti. **A Ordem Internacional Hoje:** Globalização, Papel do Estado e Bens Públicos Internacionais. Trabalho preparado para o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Escola de Guerra Naval. Brasília, março/2001.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo.** Chapecó: Editora Argos, 2002.

THOMPSON, J.B. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.

_____. **Ideología e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

_____. *La teoría de la esfera pública. Voces y culturas.* N° 10. Barcelona, 1996. Disponível em <<http://www.periodismo.uchile.cl/talleres/teoriacomunicacion/archivos/thompson.pdf>> Acesso em: 13/01/2011.

TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo:** questões, teorias e ‘estórias’. Lisboa: Editora Veja, 1993.

_____. Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.

VICENTINO, Cláudio. **História geral**. São Paulo: Editora Scipione, 2003.

WHITE, David Hanning. **O gatekeeper**: uma análise de caso na seleção de notícias.
In TRAQUINA, Nelson. _____.

ANEXOS**27/01/2009 - 15h58**

Ministério de Relações Exteriores do Brasil defende posição do governo de conceder asilo a Battisti

PUBLICIDADE

GABRIELA GUERREIRO**RENATA GERALDI**da **Folha Online**, em Brasília

Em nota divulgada nesta terça-feira, o Ministério de Relações Exteriores defende a posição do governo brasileiro de conceder refúgio político ao militante esquerdista Cesare Battisti, mesmo após o governo italiano decidir convocar o seu embaixador no Brasil, Michele Valensise, para consultas sobre o caso.

Na nota, o ministério afirma que tomou conhecimento da decisão do governo italiano, mas considera que "todos os procedimentos sobre a questão estão sendo seguidos de acordo com a legislação brasileira".

O governo brasileiro afirma, ainda, que reitera a confiança manifestada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em carta encaminhada ao presidente italiano, Giorgio Napolitano, na qual defende o estreitamento das relações entre os dois países.

"O governo brasileiro reitera a confiança expressa pelo presidente da República, em sua carta dirigida ao presidente da Itália, de que os laços históricos e culturais que unem o Brasil e a Itália continuarão a inspirar nossos esforços com vistas a aprofundar ainda mais as sólidas relações bilaterais nos mais diversos setores", diz a nota.

Retorno

A Itália decidiu chamar seu embaixador no Brasil, Michele Valensise, para consultas depois que o governo brasileiro concedeu status de refugiado político ao ex-ativista italiano Cesare Battisti.

Condenado na Itália por quatro homicídios, Battisti conseguiu o status de refugiado político no Brasil por decisão do ministro Tarso Genro (Justiça).

Segundo o Ministério de Relações Exteriores da Itália, a decisão surgiu depois que a Procuradoria Geral da República recomendou ao STF (Supremo Tribunal Federal) o arquivamento do pedido de extradição de Battisti.

Após pronunciamento do governo brasileiro, o STF deve julgar a causa de Battisti, que aguarda em uma penitenciária de Brasília uma possível libertação, depois de ser detido no Rio de Janeiro em 2007.

A **Folha Online** apurou que o caso deve ser julgado pelo STF já no dia 2 de fevereiro, quando o Judiciário retoma suas atividades.

18/11/2009 - 20h15

Entenda o caso envolvendo o pedido de extradição de Battisti

da **Folha Online**, em Brasília

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u654442.shtml>

Em janeiro deste ano, o ministro Tarso Genro (Justiça) concedeu refúgio político ao ex-ativista de esquerda Cesare Battisti. Condenado na Itália à prisão perpétua por quatro assassinatos -- Antonio Santoro, Lino Sabbadin, Andrea Campagna e Pierluigi Torregiani--, Battisti está detido no Brasil desde 2007.

A Itália criticou o refúgio e recorreu ao STF (Supremo Tribunal Federal), pedindo a extradição de Battisti. O STF decidiu hoje extraditar Battisti, mas deixou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva dê a decisão final sobre o caso.

Na segunda-feira, Lula sinalizou que deve seguir a decisão do Supremo no julgamento. "O presidente da República, não existe possibilidade de seguir ou ser contra. Se a decisão da Suprema Corte for determinativa, não se discute, cumpre-se. Então, vamos aguardar."

Battisti foi julgado à revelia em 1993 na Itália e condenado à prisão perpétua. Da França, onde viveu como refugiado de 1990 a meados desta década, ele sempre negou responsabilidade nos crimes.

Há quatro anos, para evitar sua extradição para a Itália, Battisti fugiu para o Brasil, onde foi detido. Ele está preso desde 2007 no presídio da Papuda, em Brasília.

19.mar.2007 - Eraldo Peres/AP



Cesare Battisti foi condenado à prisão perpétua na Itália por quatro assassinatos

Histórico

Battisti foi condenado pelos assassinatos cometidos na década de 1970, quando militava no PAC (Proletários Armados pelo Comunismo), grupo ligado às Brigadas Vermelhas.

Em janeiro deste ano, o ministro Tarso Genro (Justiça) concedeu refúgio político no Brasil ao ex-ativista. A decisão de Tarso é resultado de um recurso formulado pela defesa de Battisti. Ele alega que não pôde exercer em sua plenitude o direito de defesa e sustenta que as condenações decorrem de perseguição política do Estado italiano.

Como corre no STF (Supremo Tribunal Federal) um pedido de extradição formulado pelo governo da Itália, a decisão do governo brasileiro de conceder ao ex-ativista italiano refúgio político gerou duras reações por parte da Itália e de familiares de vítimas de terrorismo.

O ministério das Relações Exteriores italiano reagiu com uma nota na qual, além de condenar a decisão de Tarso, também solicitou diretamente que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reconsiderasse a decisão.

Além da chancelaria, representantes do governo conservador de Silvio Berlusconi manifestaram indignação contra a decisão do governo brasileiro. O vice-ministro do Interior, Alfredo Mantovano, considerou "grave e ofensiva" a decisão: "um insulto a nosso sistema democrático".

Com a decisão de Tarso, Battisti se tornou o pivô de uma crise diplomática entre Brasil e Itália. O ex-ativista, no entanto, se considera um perseguido político. "Tenho certeza de que serei alvo de vingança se for para a Itália", afirmou em uma entrevista à revista "Época".

18/11/2009 - 21h07

Veja cronologia do caso Battisti

da Folha Online

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u654460.shtml>

Em janeiro deste ano, o ministro Tarso Genro (Justiça) concedeu refúgio político ao ex-ativista de esquerda Cesare Battisti. Condenado na Itália à prisão perpétua por quatro assassinatos -- Antonio Santoro, Lino Sabbadin, Andrea Campagna e Pierluigi Torregiani--, Battisti está detido no Brasil desde 2007.

A Itália criticou o refúgio e recorreu ao STF (Supremo Tribunal Federal), pedindo a extradição de Battisti. O STF decidiu hoje extraditar Battisti, mas deixou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva dê a decisão final sobre o caso.

Interlocutores do Planalto disseram que o presidente Lula deve consultar o Ministério da Justiça antes de dar sua palavra final no caso.

O CASO BATTISTI

Como ficou a votação no Supremo

O PLACAR

Ministros do STF*	Indicado por	A favor da extradição	Contra a extradição
Eros Roberto Grau	Lula (2004)		✓
Cármen Lúcia	Lula (2006)		✓
Ricardo Lewandowski	Lula (2006)	✓	
Carlos Ayres Britto	Lula (2003)	✓	
Cezar Peluso	Lula (2003)	✓	
Ellen Gracie	FHC (2000)	✓	
Joaquim Barbosa	Lula (2003)		✓
Marco Aurélio Mello	Collor (1990)		✓
Gilmar Mendes	FHC (2002)	✓	
RESULTADO →		5	4

QUEM É



Prisão

» Militante da esquerda italiana, Cesare Battisti foi condenado à prisão perpétua acusado por 4 homicídios; ele fugiu para o Brasil em 2004

Refúgio

» Preso no Brasil desde 2007, Battisti recebeu o status de refugiado político do ministro Tarso Genro (Justiça), o que evitou a sua extradição para a Itália

HISTÓRICO DO CASO

13.jan » Como justificativa do refúgio a Battisti, Tarso diz que a Itália não concedeu ao ex-terrorista "o amplo direito à defesa"

14.jan » Governo italiano pede que Brasil reveja decisão

15.jan » Presidente Lula sai em defesa de Tarso e diz que ação é "questão de soberania nacional"

17.jan » Em carta, Giorgio Napolitano, presidente da Itália, expressa a Lula sua "amargura" pelo refúgio dado a Battisti

18.nov » Por 5 a 4, os ministros do STF decidiram hoje que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem autonomia para deliberar em última instância sobre a extradição de Battisti para a Itália. O STF determinou o retorno de Battisti para a Itália por entender que ele cometeu crimes hediondos, e não políticos

27.jan » Governo italiano convoca para consultas seu embaixador em Brasília, Michele Valensise, num sinal de protesto

9.set » Ministros do STF começam a avaliar se o ato de Tarso poderia ser revisto pela corte e se os crimes cometidos foram políticos; julgamento foi suspenso com 4 votos a 3 pela extradição

11.nov » Julgamento é suspenso pela segunda vez, empatado; falta o voto do presidente do STF, ministro Gilmar Mendes

* Celso de Mello e José Antonio D. Toffoli se declararam impedidos de participar do julgamento

30/12/2010 - 12h15

Políticos e jornais italianos reagem a potencial liberação de Battisti

DA AFP

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/852800-politicos-e-jornais-italianos-reagem-a-potencial-liberacao-de-battisti.shtml>

Políticos e jornais italianos manifestaram indignação com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, antes mesmo do anúncio nesta quinta-feira (30) que decidirá o futuro do ex-militante de extrema-esquerda Cesare Battisti.

Lula revelará hoje se o país concederá status de refugiado político ao italiano, condenado à prisão perpétua por homicídio em seu país natal.

"Battisti fica livre para assassinar a justiça", afirmam na primeira página o jornal conservador "Il Giornale", que pertence à família do primeiro-ministro da Itália, Silvio Berlusconi.

"A não extradição de Battisti é uma ofensa grave às instituições italianas", completa o jornal. A publicação dá como certa a concessão de refúgio político ao ex-ativista, acusado de quatro assassinatos nos anos 70 e condenado à revelia à prisão perpétua. Battisti nega os crimes.

O destino de Battisti, que já esteve exilado no México e na França, ficou nas mãos de Lula, que deve anunciar a decisão nesta quinta-feira, penúltimo dia de seu mandato como presidente.

Se o presidente optar pela liberação, Battisti precisará ainda de autorização do STF (Supremo Tribunal Federal).

Trata-se de uma decisão complexa, que criou um embate entre juristas e políticos, além de ter dividido Brasil e Itália.

"O não à extradição terá consequências. Estou disposto a apoiar boicotes", antecipou o ministro da Defesa italiano, Ignazio La Russa, em entrevista ao "Corriere della Sera".

"O não de Lula representa uma ferida nas relações bilaterais", acrescentou o ministro, que acusou o presidente de "falta de coragem" por tomar a decisão pouco antes de deixar o cargo.

'HOMEM DE ESQUERDA'

A maior legenda de esquerda da Itália, PD (Partido Democrático), pediu em uma carta aberta a Lula, chamado de "homem de esquerda" no texto, que autorize a extradição de Battisti.

"Nenhum princípio que garanta e salvaguarde os direitos universais do homem justifica que se negue a extradição ao terrorista Cesare Battisti", afirma os dirigentes do partido na carta enviada ao embaixador do Brasil em Roma.

Para o jornal "Il Messaggero", "a piada do asilo político" a Battisti obriga a Itália a adotar medidas para apresentar recursos e continuar solicitando o retorno do ex-ativista, considerado um fugitivo há 30 anos.

"A decisão de Lula nem sequer goza de consenso em sua pátria", destaca o colunista Massimo Martinelli, que garante que o governo italiano já tem preparados os recursos que apresentará no início de 2011.

O jornal de esquerda "La Repubblica" entrevistou os familiares das vítimas, que manifestaram a "amargura" com a situação e pretendem organizar um protesto.

"Teria sido suficiente pelo menos um sinal de arrependimento", comentou Adriano Sabbadin, filho de Lino, uma das quatro vítimas.

HISTÓRICO

Battisti, ex-integrante do grupo radical italiano PAC (Proletários Armados pelo Comunismo), foi detido no Rio em 2007.

Em 2009, o então ministro da Justiça Tarso Genro concedeu a condição de refugiado, mas o caso terminou no Supremo Tribunal Federal (STF) por uma apelação apresentada pelo governo italiano.

O STF deixou a decisão final para o presidente.

Em 1993, a justiça italiana julgou Battisti à revelia por quatro assassinatos atribuídos ao PAC e cometidos em 1978 e 1979, tendo como testemunha de acusação o líder deste grupo, que obteve uma redução de pena por colaborar com a justiça. Battisti, que se declara inocente, foi condenado a quatro prisões perpétuas, uma para cada homicídio

31/12/2010

Leia íntegra da nota da Presidência sobre concessão de refúgio a Battisti

SIMONE IGLESIAS

DE BRASÍLIA

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/853213-leia-integra-da-nota-da-presidencia-sobre-concessao-de-refugio-a-battisti.shtml>

"O presidente da República tomou hoje a decisão de não conceder extradição ao cidadão italiano Cesare Battisti, com base em parecer da Advocacia Geral da União.

O parecer considerou atentamente todas as cláusulas do Tratado de Extradição, entre o Brasil e a Itália, em particular a disposição expressa na letra 'f', do item 1, do artigo 3 do Tratado, que cita, entre as motivações para a não extradição, a condição pessoal do extraditado. Conforme se

depreende do próprio Tratado, esse tipo de juízo não constitui afronta de um Estado ao outro, uma vez que situações particulares ao indivíduo podem gerar riscos, a despeito do caráter democrático de ambos os Estados.

Ao mesmo tempo, o governo brasileiro manifesta profunda estranheza com os termos da nota da Presidência do Conselho dos Ministros da Itália, de 30 de dezembro de 2010, em particular com a impertinente referência pessoal ao presidente da

FOLHA DE S.PAULO **poder**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#) | [Comunicar Erros](#)

Lula mantém Battisti e abre crise com Itália

Governo Berlusconi convoca embaixador em ato de protesto contra a decisão de negar extradição de terrorista

No último dia de seu governo, Lula alegou que militante italiano pode sofrer perseguição política se extraditado

**SIMONE IGLESIAS
FELIPE SELIGMAN
LUCAS FERRAZ
DE BRASÍLIA**

No último dia de seu governo, o presidente Lula negou a extradição do terrorista italiano Cesare Battisti e abriu uma nova crise diplomática com a Itália.

Ao anunciar que Battisti ficará no Brasil com o status de imigrante, e não como refugiado ou asilado, o presidente argumentou que o italiano, caso volte ao seu país, poderá sofrer perseguição por "opinião política, condição social ou pessoal".

O ato causou revolta na Itália. O embaixador italiano em Brasília, Gherardo La Francesca, foi convocado a Roma para tratar do caso. Na linguagem diplomática, a convocação é considerada um ato de protesto.

O advogado que representa o governo italiano, Nabor Bulhões, afirmou que o presidente Lula cometeu "crime de responsabilidade" ao manter o italiano no Brasil. "Ele

descumpri leis e decisões judiciais, por isso o ato foi praticado no apagar das luzes do governo", disse.

Já o advogado de Battisti, Luís Roberto Barroso, afirmou que Lula manteve a "tradição humanista e sua altivez diante de pressões feitas em tom inapropriado pelo governo italiano". Preso no Brasil desde 2007, Battisti foi condenado à prisão perpétua em seu país por quatro homicídios ocorridos entre 1978 e 1979. Membro de grupo de extrema esquerda, ele nega e diz ser perseguido político.

Lula demorou 13 meses para decidir. Em novembro de 2009 o STF negou o refúgio, autorizando a extradição, mas deu a última palavra ao presidente.

A decisão de Lula foi embasada num parecer da AGU (Advocacia Geral da União) que defendeu a permanência de Cesare Battisti. "Há ponderáveis razões para supor que o extraditando seja submetido a agravamento de sua situação, por motivo de condição pessoal, dado seu passado, marcado por atividade política", diz o documento.

Antes mesmo de o Planalto divulgar a decisão, o governo do primeiro-ministro Silvio Berlusconi soltou nota dizendo considerar "inaceitável e incompreensível" a decisão de Lula e que ele deveria se explicar aos italianos e às famílias das vítimas.

Na mesma nota em que anunciou a decisão, o Planalto respondeu: "O governo brasileiro manifesta sua profunda estranheza com os termos da nota (...), em particular com a impertinente referência pessoal ao Presidente da República."

1.1 COMUNICATO

1.1.1 Dichiarazione del Presidente della Repubblica sul caso Battisti

Dichiarazione del Presidente della Repubblica

Il Presidente della Repubblica, Giorgio Napolitano, ha rilasciato la seguente dichiarazione:

"La decisione del Presidente Lula ha suscitato in me profonda delusione, amarezza e contrarietà. Gli avevo scritto nel gennaio 2009, illustrandogli ampiamente le circostanze di fatto, e gli argomenti giuridici e politici, che chiaramente militavano per la concessione dell'estradizione di Cesare Battisti; gli riproposi tutti i termini della questione incontrandolo a L'Aquila in occasione del G8 e ricavai da quell'incontro motivi di fiducia nella comprensione, da parte brasiliana, delle ragioni dell'Italia.

A maggior ragione, mi appare incomprensibile la decisione, le cui motivazioni appaiono tanto infondate quanto insensibili alle garanzie dell'ordinamento giuridico e alla tradizione democratica del nostro paese. Non mi resta che confidare in una seria considerazione, nelle competenti sedi brasiliane, delle nuove istanze che saranno prodotte dalle autorità italiane; e rivolgere un pensiero addolorato alle vittime dei crimini di Battisti come di tutte le vittime del terrorismo".

Roma, 31 dicembre 2010

Si rende noto il testo integrale della lettera che il Presidente della Repubblica, Giorgio Napolitano, aveva inviato al Presidente della Repubblica Federativa del Brasile, Luis Inácio Lula da Silva, il 16 gennaio 2009:

"Caro Presidente Lula,
in nome della nostra personale amicizia, oltre che dell'amicizia tra i nostri due Paesi, Le scrivo per manifestarle stupore e profondo rammarico dinanzi alla decisione del Ministro della Giustizia Tarso Genro di concedere lo status di rifugiato politico al terrorista Cesare Battisti.

Battisti fu condannato all'ergastolo in Italia perché giudicato colpevole, tra gli altri delitti, di ben quattro omicidi commessi, nel 1978 e 1979 per finalità di terrorismo. Evaso dall'Italia nel 1981, trovò rifugio in Francia e poi fuggì in Brasile per sottrarsi alla esecuzione del provvedimento delle autorità francesi che ne avevano concesso la estradizione.

La ricostruzione degli anni del terrorismo in Italia come emerge nel testo della decisione del Ministro della Giustizia, appare inaccettabile.

Nel provvedimento con cui il Ministro ha attribuito a Battisti lo status di rifugiato non vengono in alcun modo presi in considerazione il sangue versato e il dolore delle famiglie delle vittime (due appartenenti alle Forze di Polizia, un macellaio e un gioielliere). Eppure la Costituzione della Repubblica Federativa del Brasile considera delitti particolarmente gravi quelli di terrorismo e l'azione di gruppi armati, civili o militari, contro l'ordine costituzionale e lo Stato democratico.

Per di più, il Ministro ha messo in dubbio il rispetto da parte della nostra legislazione penale dei principi fondamentali della civiltà giuridica.

Riaffermo con forza che, anche negli anni più cruenti del terrorismo, la legislazione italiana ha sempre pienamente rispettato le garanzie dei diritti dei singoli individui. Non a caso anche la Corte Europea dei Diritti dell'Uomo, cui Battisti si era rivolto, ha affermato - con decisione del 12 dicembre 2006- che i giudizi cui Battisti era stato sottoposto in Italia si erano svolti nella rigorosa osservanza dei principi del giusto processo.

Né in quei giudizi si era data applicazione ad alcuna legge emergenziale della quale il Ministro - pur erroneamente e senza poterlo dimostrare - assume il carattere persecutorio. I giudizi a carico di Battisti seguiranno le regole comuni; così come seguiranno le regole comuni del nostro ordinamento le fasi di esecuzione della pena. La Costituzione italiana afferma infatti il principio del carattere non punitivo ma riabilitativo della pena e, a tal fine, il sistema giudiziario e penitenziario italiano prevede istituti flessibili e modalità appropriate per accompagnare gradualmente il condannato -anche se per fatti di terrorismo- nel processo di riabilitazione, pur nel caso in cui gli sia stata inflitta la pena dell'ergastolo.

Sono questi i principi a cui si ispira la richiesta di estradizione da parte dell'Italia.

La concessione dello status di rifugiato politico a Battisti contrasta con le Convenzioni internazionali che definiscono le condizioni per il riconoscimento di tale status e implica un giudizio di valore inaccettabilmente negativo sull'ordinamento costituzionale e giuridico italiano, ignorando i diritti che esso assicura ai condannati in Italia. E' sorprendente che una decisione del genere provenga da un Paese come il Brasile che ha ben conosciuto in anni recenti il carattere proprio di una dittatura soffrendo la negazione di ogni libertà. Gli oppositori di quella dittatura trovarono d'altronde rifugio e amichevole protezione anche in Italia.

Non si possono equiparare i terroristi che si sono macchiat di crimini gravissimi contro singoli cittadini e contro lo Stato democratico, a coloro che in ben diverse situazioni hanno legittimamente lottato contro la dittatura.

Non è accettabile che crimini come quelli commessi da Cesare Battisti siano dimenticati o peggio ancora assolti in considerazione di una loro indefinita e inesistente "natura politica".

La grave decisione con cui il Ministro della Giustizia ha accolto il ricorso del Battisti ha determinato una profonda emozione e un'ondata di sdegno in tutte le forze politiche italiane.

Caro Presidente, questa mia lettera è dettata dalla memoria sempre vivissima dei rischi per la democrazia repubblicana e delle sofferenze per centinaia e centinaia di famiglie che gli anni del terrorismo - specie di quello ispirato da una sedicente sinistra rivoluzionaria - rappresentarono per l'Italia (Le accludo una pubblicazione da me personalmente curata per ricordare le vittime del terrorismo "di destra" e "di sinistra"). Confido nella Sua comprensione per le considerazioni che ho voluto personalmente esporLe".

<http://www.quirinale.it/elementi/Continua.aspx?tipo=4&key=11156>

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#) | [Comunicar Erros](#)

Itália pode retaliar Brasil com voto a acordo militar

Decisão de Lula de não extraditar Battisti ameaça parceria na área naval

No dia 11, Congresso italiano pode rejeitar a proposta que prevê a construção de fragatas e embarcações de apoio

Antonio Scorza - 10.dez.2009/France Presse



Battisti, em 2009, após deixar tribunal no Rio de Janeiro

FELIPE SELIGMAN
DE BRASÍLIA

O Brasil poderá sofrer a primeira consequência diplomática por ter decidido não extraditar o terrorista italiano Cesare Battisti daqui a menos de duas semanas.

No próximo dia 11, o Parlamento italiano deve votar a aprovação de um acordo de cooperação militar firmado entre Brasil e Itália que prevê o desenvolvimento de projetos para a construção de navios de patrulha oceânica, fragatas e embarcações de apoio

logístico.

Esse é o último passo para que a negociação possa sair do papel. Em recente entrevista à imprensa italiana, o ministro da Defesa, Ignazio La Russa, afirmou que tudo o que o governo italiano podia fazer em relação ao acordo há havia sido feito e que o "resto cabe ao Parlamento".

Antes mesmo da decisão oficial de manter Battisti, ele disse que "ninguém deveria imaginar que um "não" à extradição de Cesare Battisti não teria consequências". "Eu consideraria isso um grande dano às relações bilaterais", completou.

Ao fechar a negociação, em junho de 2010, o ministro da Defesa brasileiro, Nelson Jobim, afirmou que a parceira intensificaria "as relações com a Itália, de forma a estabelecer entendimentos em diversos setores, tanto na área de Defesa, como nas de ambiente e de cultura", afirmou, então.

BATTISTI

Boa parte das críticas à decisão do Brasil de manter Cesare Battisti no Brasil saíram de parlamentares que, agora, terão de analisar o acordo militar em questão.

No último dia de 2010, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu não extraditar Battisti ao entender que, se ele voltasse à Itália, poderia sofrer perseguição ou discriminação por sua atuação política durante os anos de chumbo na Itália, durante a década de 1970.

Lula contrariou o que havia dito o STF (Supremo Tribunal Federal), que entendeu não haver essa possibilidade e autorizou o envio de Battisti ao seu país, onde ele foi condenado à prisão perpétua por envolvimento na morte de quatro pessoas.

Battisti, porém, nega participação nos assassinatos e diz sofrer perseguição política. Ele havia obtido refúgio político do então ministro da Justiça, Tarso Genro, mas o ato foi posteriormente anulado pelo próprio Supremo.

A decisão do governo brasileiro de mantê-lo no Brasil fez com que a Itália chamasse de volta seu embaixador no Brasil, ato que representa o primeiro sinal de um possível rompimento diplomático entre dois países.

A mesma reação também havia ocorrido quando o Tarso concedeu ao italiano o status de refugiado.

TIRO NO PÉ

Autoridades brasileiras acreditam que a reação da Itália, contudo, não deve passar disso. Consideram que uma possível retaliação do governo italiano poderia ser um "tiro no pé", já que existem diversos pedidos de extradição feitos pela Itália para o Brasil e que, normalmente, são concedidos.

Além disso, o caso ainda precisará passar por nova análise do Supremo Tribunal Federal, antes que Battisti seja posto em

liberdade.

Existe a chance, portanto, de o tribunal novamente anular o ato de Lula, caso venha a considerá-lo ilegal.

Alguns ministros avaliam que o presidente não poderia ter usado o mesmo argumento de Tarso, de que ele pode ser mesmo perseguido na Itália, pois o Supremo já descartou essa hipótese.

Outros porém, segundo a **Folha** apurou, acreditam que o presidente da República pode se opor ao que diz o Supremo Tribunal Federal, já que o primeiro analisa o caso politicamente, enquanto o segundo o faz de forma técnica.